



## **ISA CAPITAL DO BRASIL S.A.**

**Demonstrações financeiras intermediárias individuais (controladora) elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, demonstrações intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e práticas contábeis adotadas no Brasil, de 30 de setembro de 2012.**

# ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações financeiras intermediárias  
30 de setembro de 2012

## Índice

<b>Relatório sobre revisão das demonstrações financeiras intermediárias</b>	<b>1</b>
<b>Demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)</b>	
<b>Balancos Patrimoniais</b> .....	<b>3</b>
<b>Demonstrações de resultado</b> .....	<b>5</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio</b> .....	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixas</b> .....	<b>8</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias</b> .....	<b>10</b>

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**ISA Capital do Brasil S.A.**  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Fomos contratados para revisar o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, da ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA” ou “Companhia”) em 30 de setembro de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração da Companhia sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias**

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

### **Bases para abstenção de conclusão**

#### **(i) Efeito da Medida Provisória 579**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 37 (e), no dia 11 de setembro de 2012, foi promulgada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579/12, as empresas que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos dessas concessões, a critério do poder concedente e uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 8 de outubro de 2012, a controlada, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente ao seu contrato 059/2001, cujo vencimento é em 7 de julho de 2015. Em 1º de novembro de 2012, através das Portarias Interministeriais 579 e 580, o Ministério de Minas e Energia, informou os valores da nova Receita Anual Permitida (RAP) referente à CTEEP, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$515.621 mil e o valor da indenização dos ativos no valor de R\$2.891.290 mil. Em 30 de setembro de 2012, a CTEEP possuía saldo de ativo a ser indenizado, classificado no ativo circulante e não circulante na rubrica Contas a Receber (Ativos de Concessão) de R\$4.497.865 mil e RAP referente ao ciclo 2012/2013 de R\$2.113.952 mil.

A administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e da RAP, e ainda, realizando diversos estudos e projeções internos, a fim de concluir sobre a sua ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012, e para reconhecer os respectivos efeitos contábeis, e as divulgações necessárias. Em decorrência da incerteza relevante na realização de parte significativa do ativo financeiro, nos demais ativos e passivos vinculados a esse contrato e os que possam depender do resultado das operações futuras, bem como, da limitação de informações disponíveis, dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à tomada de decisão sobre a assinatura do termo aditivo para a prorrogação do contrato de concessão, e ainda, sobre a limitação das divulgações relativas a este assunto, incluídas da Nota Explicativa nº 37 (e), não nos foi possível concluir sobre a realização dos respectivos ativos, passivos e demais impactos contábeis vinculados à aceitação ou não dos termos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL para renovação do prazo de concessão do contrato 059/2001.

## (ii) Registro de Instrumento Patrimonial

Como consequência da reestruturação da dívida efetuada no exercício de 2010, indicada na nota 16.a, a ISA reconheceu a emissão de ações preferenciais resgatáveis, indicada na nota 25.a, como um instrumento patrimonial, a qual, em nossa opinião, deveria ser reconhecida como instrumento financeiro passivo, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 39 e o IAS 32. Adicionalmente, a Companhia reconheceu a remuneração do referido instrumento como dividendo fixo cumulativo, conforme prevê seu Estatuto Social e Acordo de Acionistas, e não como despesa financeira a título de juros, da forma como entendemos que deveria ser. Caso a Companhia houvesse reconhecido a referida emissão de ações como instrumento financeiro passivo e a mencionada remuneração tivessem sido reconhecidos como despesas financeiras e não como dividendo, o Patrimônio Líquido, em 30 de setembro de 2012, seria diminuído em R\$1.225.917 mil, passando de R\$2.258.927 mil para R\$1.033.010 mil (controladora), e passando de R\$5.203.074 mil para R\$3.977.157 mil (consolidado). Adicionalmente, o total do passivo seria aumentado, passando de R\$467.886 mil para R\$1.693.803 mil (controladora), e de R\$5.051.166 mil para R\$6.277.083 mil (consolidado). O lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 seria diminuído em R\$86.343 mil, passando de R\$191.533 mil para R\$105.190 mil (controladora), e, de R\$593.832 mil para R\$507.489 mil (consolidado), antes da participação dos acionistas não controladores.

### **Abstenção de conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais**

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Bases para abstenção de conclusão”, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão suficientes para tomarmos conhecimento de que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de demonstrações intermediárias.

### **Abstenção de conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão suficientes para tomarmos conhecimento de que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e com o IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações intermediárias.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 36, a Lei 4.819/58 concedeu aos servidores das empresas sob controle do Estado de São Paulo as vantagens já concedidas aos demais servidores públicos, com destaque para a complementação de aposentadoria e concessão de pensões, e estabeleceu que as despesas decorrentes da mesma são de responsabilidade integral do Governo do Estado de São Paulo. A operacionalização dos pagamentos envolve a Fundação CESP, que prepara a folha de pagamento e o Governo do Estado de São Paulo, que repassa o valor à CTEEP (que por sua vez repassa à Fundação CESP para que efetue o pagamento ao beneficiário final). Esse tem sido o procedimento desde a cisão da CESP que criou a CTEEP e, até dezembro de 2003, foi integralmente cumprido por todas as partes. A partir de 2004, o Governo do Estado de São Paulo requereu o direito de processar a folha de pagamento e efetuar o pagamento aos beneficiários diretamente. Entretanto, a Fazenda do Estado de São Paulo, diante de parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a glosar parte dos benefícios pagos aos aposentados e, desde então, tem gerado o contas a receber junto ao Governo do Estado de São Paulo, conforme mencionado na nota explicativa 8.c) e 8.d), uma vez que a Companhia efetua o pagamento das parcelas glosadas para integralizar os benefícios, conforme requerido pela decisão da 49ª Vara do Trabalho. A Administração da Companhia, além de ampla e fortemente amparada por opinião de seus assessores legais e, também baseada no fato que a Fazenda do Estado de São Paulo não discute sua integral responsabilidade de prover os recursos financeiros pelos pagamentos dos benefícios relacionados à aplicação da Lei 4.819/58 por ele instituída, entende que nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação ao contas a receber deve ser registrada nas informações contábeis da Companhia.

São Paulo, 27 de novembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti  
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo  
Contador CRC-1SP221749/O-0

# ISA CAPITAL DO BRASIL

Balancos patrimoniais  
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.09.2012 (não auditado)	31.12.2011	30.09.2012 (não auditado)	31.12.2011
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	455.454	351.567	935.309	558.862
Contas a receber (ativo concessão)	7	-	-	1.432.417	1.474.794
Estoques		-	-	50.829	50.052
Empréstimos a receber	11	9.364	9.393	9.364	9.393
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	31	-	84.828	-	-
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	8	-	-	-	14.906
Tributos e contribuições a compensar	9	36.911	44.950	52.241	56.276
Cauções e depósitos vinculados	12	-	2.612	-	2.612
Despesas pagas antecipadamente		-	-	9.098	3.190
Instrumentos financeiros derivativos	32.a	-	-	34.946	1.673
Outros		-	2	92.684	74.488
		<b>501.729</b>	<b>493.352</b>	<b>2.616.888</b>	<b>2.246.246</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber (ativo concessão)	7	-	-	6.018.704	5.335.027
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	8	-	-	934.792	810.750
Benefício fiscal – ágio incorporado	10	-	-	97.455	119.079
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.b	39.372	45.058	39.372	45.058
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	67.839	61.886
Tributos e contribuições a compensar	9	10.179	-	10.179	-
Instrumentos financeiros derivativos	32.a	-	-	32.203	54.195
Empréstimos a receber	11	48.790	44.653	48.790	44.653
Estoques		-	-	149.801	145.395
Outros		-	-	28.013	27.617
		<b>98.341</b>	<b>89.711</b>	<b>7.427.148</b>	<b>6.643.660</b>
Investimentos	13.b	2.126.702	2.039.320	-	-
Imobilizado	14	41	52	11.686	8.836
Intangível	15	-	-	198.518	240.152
		<b>2.126.743</b>	<b>2.039.372</b>	<b>210.204</b>	<b>248.988</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.726.813</b>	<b>2.622.435</b>	<b>10.254.240</b>	<b>9.138.894</b>

# ISA CAPITAL DO BRASIL

Balancos patrimoniais (Continuação)  
30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011  
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.09.2012 (não auditado)	31.12.2011	30.09.2012 (não auditado)	31.12.2011
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		88	325	67.373	83.338
Empréstimos e financiamentos	16	943	2.177	1.514.901	1.009.850
Debêntures	17	-	-	177.268	389.825
Tributos e encargos sociais a recolher	18	13.449	8.078	135.102	88.351
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	12.965	12.273
Impostos parcelados ICMS	20	-	-	2.003	-
Encargos regulatórios a recolher	21	-	-	34.670	28.824
Dividendos fixos cumulativos a pagar	25.c	-	36.004	-	36.004
Instrumentos financeiros derivativos	32.a	-	-	7.108	27.226
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		-	-	6.969	147.328
Provisões	22	21	13	23.945	23.290
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	7.194	6.335	7.194	6.335
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	4.185	3.715	4.185	3.715
Valores a pagar – Fundação CESP	23	-	-	5.989	6.244
Outros		1	-	21.342	30.185
		<b>25.881</b>	<b>56.647</b>	<b>2.021.014</b>	<b>1.892.788</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	64.269	59.371	872.312	1.043.635
Debêntures	17	-	-	1.106.214	389.636
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	19	-	-	143.695	145.236
Impostos parcelados ICMS	20	-	-	7.512	-
PIS e COFINS diferidos		-	-	267.131	229.519
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.b	-	-	105.128	42.176
Encargos regulatórios a recolher	21	-	-	33.127	32.334
Provisões	22	-	-	93.244	101.832
Valores a pagar Lei 4.819/58 - Secretaria da Fazenda	5.a	231.965	232.549	231.965	232.549
Valores a pagar Lei 4.819/58 - OPA	5.b	145.771	146.068	145.771	146.068
Obrigações especiais	24	-	-	24.053	24.053
		<b>442.005</b>	<b>437.988</b>	<b>3.030.152</b>	<b>2.387.038</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	25.a	840.378	840.378	840.378	840.378
Reservas de capital	25.e	1.199.400	1.199.400	1.199.400	1.199.400
Ágio na transação de capital	25.f	(7.468)	(7.488)	(7.468)	(7.488)
Reservas de lucro	25.g	95.510	95.510	95.510	95.510
Lucros Acumulados		131.107	-	131.107	-
		<b>2.258.927</b>	<b>2.127.800</b>	<b>2.258.927</b>	<b>2.127.800</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	<b>2.944.147</b>	<b>2.731.268</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.258.927</b>	<b>2.127.800</b>	<b>5.203.074</b>	<b>4.859.068</b>
<b>Total do passivo do patrimônio líquido</b>		<b>2.726.813</b>	<b>2.622.435</b>	<b>10.254.240</b>	<b>9.138.894</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações do resultado (não auditadas)

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		<b>Controladora</b>			
		<b>Trimestre</b>	<b>Trimestre</b>	<b>Acumulado</b>	<b>Acumulado</b>
	<b>Nota</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	27	(828)	(725)	(2.454)	(2.566)
Outras despesas líquidas	29	(13.977)	(13.992)	(41.961)	(41.976)
Resultado de equivalência patrimonial	13.c	91.378	129.913	245.307	283.099
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre lucro</b>		<b>76.573</b>	<b>115.196</b>	<b>200.892</b>	<b>238.557</b>
Despesas financeiras	28	(5.859)	(23.901)	(36.857)	(54.291)
Receitas financeiras	28	11.639	17.404	46.446	38.669
<b>Resultado financeiro</b>		<b>5.780</b>	<b>(6.497)</b>	<b>9.589</b>	<b>(15.622)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>82.353</b>	<b>108.699</b>	<b>210.481</b>	<b>222.935</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	30	(1.218)	(3.782)	(13.261)	(12.805)
Diferido	30	(522)	(1.623)	(5.687)	47.505
		<b>(1.740)</b>	<b>(5.405)</b>	<b>(18.948)</b>	<b>34.700</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>80.613</b>	<b>103.294</b>	<b>191.533</b>	<b>257.635</b>
<b>Lucro por ação - Básico e Diluído</b>	<b>25.h</b>	<b>0,0562</b>	<b>0,0720</b>	<b>0,1335</b>	<b>0,1796</b>
<b>Quantidade de ações média no período</b>	<b>25.h</b>	<b>1.434.469.504</b>	<b>1.434.469.504</b>	<b>1.434.469.504</b>	<b>1.434.469.504</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações do resultado (não auditadas) -- Continuação  
 Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

		<b>Consolidado</b>			
		<b>Trimestre</b>	<b>Trimestre</b>	<b>Acumulado nove meses</b>	<b>Acumulado nove meses</b>
	<b>Nota</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	26.1	806.094	896.533	2.115.697	2.194.319
Custo dos serviços de operação	27	(314.806)	(357.914)	(848.133)	(933.512)
<b>Lucro bruto</b>		<b>491.288</b>	<b>538.619</b>	<b>1.267.564</b>	<b>1.260.807</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Gerais e administrativas	27	(33.636)	(31.492)	(116.357)	(108.078)
Outras despesas líquidas	29	(20.536)	7.151	(65.935)	(61.390)
		<b>(54.172)</b>	<b>(24.341)</b>	<b>(182.292)</b>	<b>(169.468)</b>
<b>Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre lucro</b>		<b>437.116</b>	<b>514.278</b>	<b>1.085.272</b>	<b>1.091.339</b>
Despesas financeiras	28	(89.646)	(108.069)	(333.780)	(245.007)
Receitas financeiras	28	32.547	61.050	141.287	97.843
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(57.099)</b>	<b>(47.019)</b>	<b>(192.493)</b>	<b>(147.164)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>380.017</b>	<b>467.259</b>	<b>892.779</b>	<b>944.175</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	30	(90.640)	(77.581)	(230.313)	(204.827)
Diferido	30	(58.812)	(71.433)	(68.634)	(13.588)
		<b>(149.452)</b>	<b>(149.014)</b>	<b>(298.947)</b>	<b>(218.415)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>230.565</b>	<b>318.245</b>	<b>593.832</b>	<b>725.760</b>
<b>Lucro líquido do período alocado aos :</b>					
Acionistas não controladores		149.952	214.951	402.299	468.125
Aos acionistas controladores		80.613	103.294	191.533	257.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (não auditadas)  
 Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucro</u>					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital Social	Reserva de capital	Ágio na transação de capital	Reserva legal	Retenção de lucros				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	-	<b>5.881</b>	<b>48.230</b>	-	<b>2.093.889</b>	<b>2.737.364</b>	<b>4.831.253</b>
Lucro do período	-	-	-	-	-	257.635	257.635	468.125	725.760
Dividendos fixos cumulativos pagos no semestre	-	-	-	-	(48.230)	(132.041)	(180.271)	-	(180.271)
Distribuição de dividendos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(207.252)	(207.252)
Dividendos adicional propostos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(123.557)	(123.557)
Juros sobre capital próprio na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(118.492)	(118.492)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	609	609
<b>Saldos em 30 de setembro de 2011</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	-	<b>5.881</b>	-	<b>125.594</b>	<b>2.171.253</b>	<b>2.756.797</b>	<b>4.928.050</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	<b>(7.488)</b>	<b>5.881</b>	<b>89.629</b>	-	<b>2.127.800</b>	<b>2.731.268</b>	<b>4.859.068</b>
Lucro do período	-	-	-	-	-	191.533	191.533	402.299	593.832
Ágio na transação de capital (nota 25 f)	-	-	20	-	-	-	20	-	20
Dividendos fixos cumulativos pagos no período (nota 25 c)	-	-	-	-	-	(60.426)	(60.426)	-	(60.426)
Distribuição de dividendos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(91.663)	(91.663)
Reversão de dividendos prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	543	543
Dividendos adicional propostos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(19.497)	(19.497)
Juros sobre capital próprio na controlada	-	-	-	-	-	-	-	(79.546)	(79.546)
Juros sobre capital próprio prescritos na controlada	-	-	-	-	-	-	-	239	239
Outros na controlada	-	-	-	-	-	-	-	504	504
<b>Saldos em 30 de setembro de 2012</b>	<b>840.378</b>	<b>1.199.400</b>	<b>(7.468)</b>	<b>5.881</b>	<b>89.629</b>	<b>131.107</b>	<b>2.258.927</b>	<b>2.944.147</b>	<b>5.203.074</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixas (não auditadas)  
 Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais)

	Controlada		Consolidado	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do período	191.533	257.635	593.832	725.760
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização (notas 14,15 e 27)	9	9	3.526	4.742
Perda na aquisição de controlada (nota 29)	-	-	(1.829)	28.490
Reversão da provisão da perda em controlada em conjunto	-	-	-	(1.835)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 30)	5.687	(47.505)	68.634	13.588
PIS e COFINS diferidos	-	-	37.614	82.300
Provisão para contingências (nota 22)	-	-	(8.563)	2.295
Custo residual de ativo permanente baixado (nota 14)	5	-	651	16
Custo residual de investimento baixado	(35)	-	(35)	-
Resultado de equivalência patrimonial (nota 13.c)	(245.307)	(283.099)	-	-
Amortização de ágio (nota 29)	41.976	41.976	63.600	63.600
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	13.204	22.748	217.740	177.979
	<b>7.072</b>	<b>(8.236)</b>	<b>975.170</b>	<b>1.096.935</b>
<b>(Aumento) diminuição em ativos</b>				
Contas a receber (ativo concessão)	-	-	(639.350)	(918.394)
Estoques	-	-	(5.183)	(11.275)
Valores a receber	1.534	647	(107.602)	(87.202)
Tributos e contribuições compensáveis	242	(11.390)	(4.247)	(13.376)
Cauções e depósitos vinculados	2.612	2.304	(3.341)	(10.306)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(5.907)	(4.183)
Outros	-	57	(18.546)	11.529
	<b>3.904</b>	<b>(8.382)</b>	<b>(784.176)</b>	<b>(1.033.207)</b>
<b>Aumento (diminuição) em passivos</b>				
Fornecedores	(236)	(44)	(16.009)	14.964
Tributos e encargos sociais a recolher	5.370	12.805	46.751	23.299
Impostos parcelados – Lei nº 11.941	-	-	(9.508)	(6.545)
Impostos parcelados ICMS - IEMadeira	-	-	9.516	-
Encargos regulatórios a recolher	-	-	6.639	5.453
Valores a pagar	(11.379)	12	(11.634)	(4.311)
Outros	11	(3.549)	(8.209)	(19.715)
	<b>(6.234)</b>	<b>9.224</b>	<b>17.546</b>	<b>13.145</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>4.742</b>	<b>(7.394)</b>	<b>208.540</b>	<b>76.873</b>

## ISA CAPITAL DO BRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixas (não auditadas) -- Continuação  
 Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais)

	<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Imobilizado (nota 14)	(3)	(28)	(4.389)	(1.935)
Intangível (nota 15)	-	-	(2.980)	(2.138)
Investimento (13.c)	62	-	62	(13.109)
Juros sobre capital próprio e dividendos recebidos (*) (25.d)	200.752	249.240	-	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	<b>200.811</b>	<b>249.212</b>	<b>(7.307)</b>	<b>(17.182)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos (nota 16 e 17)	-	-	1.618.583	1.209.562
Pagamentos de empréstimos (inclui juros) (nota 16 e 17)	(5.236)	(4.498)	(1.016.335)	(335.240)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(798)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos (nota 25.c)	(96.430)	(180.270)	(426.236)	(604.479)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(101.666)</b>	<b>(184.768)</b>	<b>175.214</b>	<b>269.843</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>103.887</b>	<b>57.050</b>	<b>376.447</b>	<b>329.534</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	455.454	314.311	935.309	641.778
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	351.567	257.261	558.862	312.244
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>103.887</b>	<b>57.050</b>	<b>376.447</b>	<b>329.534</b>

(\*) No período de nove meses de 2012, a Companhia recebeu junto a CTEEP R\$96.680 (R\$65.845 em 2011), referentes a dividendos e juros sobre capital próprio deliberados no final de exercício social anterior. E recebeu um valor de R\$104.073 (R\$183.395 em 2011) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio deliberados no ano de 2012 (nota 13.c).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **1 Contexto Operacional**

#### **1.1 Objeto social**

O objeto social da ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital” ou “Companhia”) compreende a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia ou acionista, parceria em “joint ventures”, associação em consórcio ou qualquer outra forma de colaboração empresarial.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006 na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006, o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”), alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P (“ISA”).

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital, Companhia brasileira Controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P., constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa nº 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a Companhia adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 09 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 04 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Após a conclusão do processo de aquisição, a Companhia passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP. Em 12 de julho de 2007, a CTEEP promoveu um grupamento de ações e a Companhia ficou com 55.924.465 ações ordinárias.

Posteriormente, a Companhia integralizou ao capital da CTEEP o equivalente a 1.727.517 ações ordinárias, sendo 574.927 ações em 24 de agosto de 2009, 594.477 ações em 23 de abril de 2010 e 558.113 ações em 21 de dezembro de 2011. Essas capitalizações são decorrentes do benefício fiscal auferido pela CTEEP com a amortização parcial da reserva especial de ágio nos exercícios sociais de 2009, 2010 e 2011. Por meio de leilão de sobras de aumento efetuado pela controlada CTEEP a ISA Capital adquiriu o equivalente a 63.146 ações ordinárias. Em 29 de junho de 2012 e 05 de julho de 2012 a ISA Capital alienou 920 ações. Dessa forma, em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui 57.714.208 ações ordinárias, equivalentes a 37,81% do capital total e 89,50% do capital votante da CTEEP.

Em 9 e 19 de março de 2010, visando implementar a reestruturação de sua dívida em moeda estrangeira (Bônus), a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais, ao preço de R\$2,020731 por ação, que foram totalmente subscritas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 8 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 dividido em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembleia foram aprovadas a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

Assim, em 30 de setembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 (31.12.2011 – R\$840.378) e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais (nota 25.a). Por decisão dos acionistas, em 27 de maio de 2010, a Companhia cancelou seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As ações da Controlada da CTEEP são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a Controlada CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

A controlada CTEEP tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

### 1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em grau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001(*)	37,8053	20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	2.113.952	06/12
CTEEP	143/2001	37,8053	30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.934	06/12
IEMG	004/2007	37,8053	30	23.04.37	5 anos	2017	Sim	IPCA	13.567	06/12
Pinheiros	012/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.173	06/12
Pinheiros	015/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	19.096	06/12
Pinheiros	018/2008	37,8053	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.332	06/12
Pinheiros	021/2011	37,8053	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	4.400	09/11 (**)
Serra do Japi	026/2009	37,8053	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.102	06/12
IENNE	001/2008	9,4513	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	41.893	06/12
IESul	013/2008	18,9026	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	2.375	06/12
IESul	016/2008	18,9026	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.406	06/12
IEMadeira	013/2009	19,2807	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	218.933	06/12
IEMadeira	015/2009	19,2807	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	184.866	06/12
IEGaranhuns	022/2011	19,2807	30	09.12.41	5 anos	2017	Não	IPCA	68.900	09/11 (**)

(\*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de maio de 2000; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2001. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

(\*\*) Conforme contrato de concessão a Receita Anual Permitida (RAP) será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A controlada CTEEP IEMadeira, por ter estimativa de entrada em operação no 1º trimestre de 2013 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F), passou a constar da RAP base 06/12, conforme a Resolução Homologatória nº 1.313 (nota 26.4).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da controlada CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a ISA comprometem-se a fazer aportes de capital na controlada CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização sobre os ativos relacionados à concessão no término de sua vigência.

### **Participação em leilões**

#### **(i) Leilão 001/2011**

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, a controlada CTEEP constituiu, juntamente com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$622,0 milhões e RAP de R\$31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da controlada CTEEP no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013, e a controlada CTEEP está estudando a viabilização do projeto.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias**

### **2.1 Bases de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras intermediárias individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas demonstrações financeiras intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas demonstrações financeiras intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Exceto quanto ao resultado do período, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.3, no que tange as controladas Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (“IEMG”), que optou pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício de 2012 e a Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (“Serra do Japi”), que em 2011 era considerada em fase pré-operacional para fins fiscais, entrou em operação em 2012 e optou pelo regime do Lucro Presumido.

As demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pelos auditores independentes.

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena 27 de novembro de 2012.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras intermediárias da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

### **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2011 permanecem válidas para estas demonstrações financeiras intermediárias.

### **2.4 Procedimentos de consolidação**

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras intermediárias da controlada CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As controladas e controladas em conjunto (*joint venture*) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	<u>Data base das demonstrações financeiras</u>	<u>Participação %</u>	
		<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Diretas</b>			
CTEEP	30.09.2012	37,8053	37,8059
<b>Indiretas</b>			
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.09.2012	37,8053	37,8059
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.09.2012	37,8053	37,8059
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.09.2012	37,8053	37,8059
<b>Indiretas- Controlada em conjunto</b>			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.09.2012	9,4513	9,4515
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)	30.09.2012	18,9026	18,9030
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMADEIRA)	30.09.2012	19,2807	19,2810
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGARANHUNS)	30.09.2012	19,2807	19,2810

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

### 3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas demonstrações financeiras intermediárias, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 das demonstrações financeiras do exercício de 2011. Para o exercício 2012, as controladas IEMG e Serra do Japi optaram pelo regime do Lucro Presumido para apuração de imposto de renda e contribuição social e não mais como Lucro Real, como apurado e informado em 2011.

### 4 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

Conforme mencionado na nota explicativa 4 das demonstrações financeiras do exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2012 ou posteriores.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Além daqueles pronunciamentos divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, a CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 18 R1 – Investimento em Controlada e em Coligada - Deliberação CVM nº 688 de 04 de outubro de 2012;
- CPC 40 R1 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 08 R1 – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 09 R1 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012.
- CPC 17 R1 – Contratos de Construção – Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012.
- CPC 30 R1 – Receitas – Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012.
- CPC 35 R2 – Demonstrações Separadas - Deliberação CVM nº 693 de 08 de novembro de 2012.

A Companhia e sua controlada não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

### **5 Obrigações assumidas na aquisição da controlada CTEEP**

De acordo com o contrato de compra e venda de ações, objeto do leilão de privatização descrito na Nota 1, a Companhia compromete-se a complementar o pagamento do preço de compra das ações da controlada CTEEP, no caso de a controlada CTEEP ficar desonerada dos ônus relacionados aos complementos dos pagamentos ao plano de aposentadoria previsto na Lei nº 4.819/58, atualmente em discussão judicial.

Em 30 de setembro de 2012, o valor do complemento do preço de compra é composto por duas transações distintas, conforme segue:

- a) O montante de R\$239.159 (31.12.2011 - R\$238.884), apurado na aquisição da primeira participação acionária através do leilão de privatização, realizado em 28 de junho de 2006, registrado na conta "Valores a pagar Lei nº 4.819/58 - Secretaria da Fazenda", sendo R\$7.194 (31.12.2011 - R\$6.335) no passivo circulante e R\$231.965 (31.12.2011 - R\$232.549) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$188.895 na conta "Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada", sendo a diferença de R\$50.264, reconhecida no resultado, a título de atualização monetária da obrigação, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A, a partir de 31 de dezembro de 2005. No período de nove meses do ano de 2012, foi reconhecido no resultado o montante de R\$7.468.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- b) O montante de R\$149.956 (31.12.2011 - R\$149.783), apurado na aquisição da terceira participação acionária através do leilão de oferta pública de aquisição de ações - OPA, realizado em 9 de Janeiro de 2007, registrado na conta "Valores a pagar Lei nº 4.819/59 - OPA", sendo R\$4.185 (31.12.2011 - R\$3.715) no passivo circulante e R\$145.771 (31.12.2012 - R\$146.068) no passivo não circulante, teve como contrapartida à época o valor de R\$120.306 na conta "Investimentos - ágio na aquisição de participação em Controlada", sendo a diferença de R\$29.650 reconhecida no resultado a título de atualização monetária da obrigação de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A a partir de 31 de dezembro de 2005. Nesse primeiro semestre de 2012 foi reconhecido no resultado o montante de R\$4.357.

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	316	205	751	2.081
Aplicações financeiras (i)	455.138	351.362	934.558	556.781
	<b>455.454</b>	<b>351.567</b>	<b>935.309</b>	<b>558.862</b>

- (i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
CDB	95,0% a 106,0%	398.799	294.028	631.135	344.174
Compromissada (*)	95,0% a 103,0%	62.367	61.289	309.451	216.562
Parcela referente a IRRF		(6.028)	(3.955)	(6.028)	(3.955)
		<b>455.138</b>	<b>351.362</b>	<b>934.558</b>	<b>556.781</b>

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 32 (c).

### 7 Contas a receber (ativo de concessão)

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Contas a receber serviços de construção (a)	7.190.251	6.565.661
Contas a receber serviços de O&M (b)	260.870	244.160
	<b>7.451.121</b>	<b>6.809.821</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.432.417</b>	<b>1.474.794</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.018.704</b>	<b>5.335.027</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a controlada CTEEP terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. Com a adoção da Resolução ANEEL 474, a taxa média anual de depreciação dos ativos da controlada CTEEP passou de 2,72% para 2,86%. A controlada CTEEP, considerando as novas quotas periódicas de depreciação e a luz do IFRIC 12 e OCPC 5, realizou cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão e do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
A vencer	7.421.680	6.784.301
Vencidos		
até 30 dias	551	1.353
de 31 a 60 dias	219	598
há mais de 61 dias (i)	28.671	23.569
	<b>29.441</b>	<b>25.520</b>
	<b>7.451.121</b>	<b>6.809.821</b>

- (i) Alguns participantes do sistema questionaram judicialmente os saldos faturados referentes à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, são efetivados depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A controlada CTEEP acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A controlada CTEEP não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação das contas a receber é como segue:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>6.809.821</b>
Receita de Construção (nota 26.1)	689.104
Receita financeira (nota 26.1)	1.232.402
Receita de operação e manutenção (nota 26.1)	447.730
Liquidação	(1.727.936)
<b>Saldos em 30.09.2012</b>	<b>7.451.121</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	30.09.2012		31.12.2011
	Não circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	-	-	12.341
Alienação de imóvel (b)	-	-	2.565
Processamento da folha de pagamento - Lei 4.819/58 (c)	746.496	746.496	658.764
Processos trabalhistas - Lei 4.819/58 (d)	188.296	188.296	151.986
Salário-família - Lei 4.819/58 (e)	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	<b>934.792</b>	<b>934.792</b>	<b>825.656</b>

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à controlada CTEEP dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-ia em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à controlada CTEEP de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a controlada CTEEP do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012. As parcelas foram recebidas conforme previsto em julho de 2012.
- (c) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a setembro de 2012 (nota 36). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão na qual a controlada CTEEP repassa os recursos mensalmente à Fundação CESP para pagamento aos aposentados.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Controlada CTEEP, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento, até que sejam pagos pelo Governo do Estado.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à controlada CTEEP quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$2.218.

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2011.

### 9 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
COFINS	-	-	1.204	1.016
PIS	-	-	334	305
Imposto de renda	43.606	44.950	54.235	53.467
Contribuição social	3.484	-	4.942	939
Outros	-	-	1.705	549
	<b>47.090</b>	<b>44.950</b>	<b>62.420</b>	<b>56.276</b>
<b>Circulante</b>	<b>36.911</b>	<b>44.950</b>	<b>52.241</b>	<b>56.276</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>10.179</b>	<b>-</b>	<b>10.179</b>	<b>-</b>

### 10 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da controlada CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora e Reserva Especial de Ágio na Incorporação (nota 23 (c)) das ITR's da controlada CTEEP, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Ano	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		Total
	059/2001	143/2001	
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações financeiras intermediárias, o valor líquido de R\$97.455 (R\$119.079 em 31 de dezembro de 2011), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo como benefício fiscal do ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização, separadamente ao valor remanescente do ágio, que está classificado no ativo intangível.

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

	<u>Ágio Total</u>	<u>Intangível (Notas 13.b e 15)</u>	<u>Benefício Fiscal</u>
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>350.234</b>	<b>(231.155)</b>	<b>119.079</b>
Realização no período (Nota 29)	(63.600)	41.976	(21.624)
<b>Saldos em 30.09.2012</b>	<b>286.634</b>	<b>(189.179)</b>	<b>97.455</b>

A amortização está registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica Outras despesas, líquidas (nota 29).

### 11 Empréstimos a receber

O empréstimo concedido pela ISA CAPITAL à sua Controladora Interconexión Eléctrica S.A. ESP ("ISA"), referente ao repasse integral do empréstimo obtido pela companhia em 2006 denominado em dólares norte-americanos, no montante original de US\$23.800 mil, cujo vencimento e amortização em parcela única ocorreu em 19 de julho de 2007 e com juros calculados com base na taxa LIBOR, acrescida de 3,00% ao ano. A Companhia manteve as mesmas premissas de atualização para essa operação, com recebimento semestral dos juros, no entanto o vencimento da amortização do principal foi acordado para um período de 8 anos em parcela única a vencer em 30 de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2011, a ISA Capital firmou um contrato de mútuo com a empresa Internexa Brasil Operadora de Telecomunicações S.A no montante de R\$9.364, cujo vencimento será 28 de dezembro de 2012 e com juros calculados com base na variação do CDI acrescida de 0,72% ao ano recebido trimestralmente.

A composição do saldo é como segue:

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Principal	60.510	60.510
Juros	464	38
Varição Cambial	(2.820)	(6.502)
<b>Total</b>	<b>58.154</b>	<b>54.046</b>
<b>Circulante (nota 31)</b>	<b>9.364</b>	<b>9.393</b>
<b>Não Circulante (nota 31)</b>	<b>48.790</b>	<b>44.653</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 12 Cauções e depósitos vinculados

#### Controladora

Refere-se a depósito no Bank of New York como garantia dos juros pagos semestralmente relativos aos bônus remanescente após a reestruturação da dívida. Conforme previsto em contrato, a Companhia tem utilizado os recursos dessa conta para efetuar os pagamentos dos juros, que ocorrem nos meses de janeiro e julho, e posteriormente a cada pagamento procede-se a recomposição do saldo da conta. O saldo de R\$2.612 registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2011 foi utilizado para o pagamento dos juros do mês de janeiro de 2012. Posteriormente a Companhia providenciou novo depósito, em 30 de junho de 2012, no montante de R\$2.816, que foi utilizado para pagamento dos juros em 27 de julho de 2012.

Para manutenção do saldo da conta, a ISA Capital, em 25 de outubro de 2012, providenciou um depósito no valor de R\$2.826.

#### Consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Autuações – ANEEL (a) (Nota 22 (a) (iv))	-	-	7.827	6.076
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (Nota 22(a) (i))	-	-	58.786	52.867
Previdenciárias - INSS (Nota 22) (a)(iii))	-	-	1.226	2.745
Depósito no BANK of NEW YORK (Caução)	-	2.612	-	2.612
Outros	-	-	-	198
	<u>-</u>	<u>2.612</u>	<u>67.839</u>	<u>64.498</u>
<b>Circulante</b>	<u>-</u>	<u>2.612</u>	<u>-</u>	<u>2.612</u>
<b>Não circulante</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.839</u>	<u>61.886</u>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela controlada CTEEP contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à controlada CTEEP sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da linha de transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à controlada CTEEP devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da controlada CTEEP.
- (v) Depósito efetuado em 08 de março de 2012, no valor de R\$268, com o objetivo de anular a autuação nº 054/11, que refere-se ao descumprimento dos índices de indisponibilidade do sistema (função transmissão dos ativos da controlada CTEEP, que ficaram indisponíveis, sem justificativa, por mais de um minuto).
- (vi) Depósito efetuado em 01 de julho de 2012, no valor de R\$1.483, com o objetivo de anular a autuação nº 065/11, que refere-se a perturbação ocorrida em 08 de fevereiro de 2011 na subestação Bandeirantes.

### 13 Investimentos

#### (a) Informações da controlada CTEEP

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Número de ações (quantidade) em circulação na data do Balanço</b>		
Ordinárias - ON	64.484.433	64.484.433
Preferenciais - PN	88.177.132	88.177.132
<b>Total</b>	<u><b>152.661.565</b></u>	<u><b>152.661.565</b></u>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	1.162.626	1.162.626
Reservas de capital	2.055.035	2.055.035
Reserva especial de ágio	147.912	147.912
Reservas de lucro	1.137.869	1.142.512
Proposta de distribuição de dividendo adicional	-	31.349
Lucro líquido do período não destinado	378.226	-
<b>Total</b>	<u><b>4.881.668</b></u>	<u><b>4.539.434</b></u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<u><b>647.607</b></u>	<u><b>751.224 (i)</b></u>

(i) Refere-se ao período de 30.09.2011.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Informações do Investimento da Companhia

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Quantidade de Ações detidas pela Companhia na data do Balanço	57.714.208	57.715.128
Patrimônio líquido da CTEEP	4.881.668	4.539.434
(-) Reserva Especial de ágio	(147.912)	(147.912)
Patrimônio líquido da CTEEP (Base Equivalência Patrimonial)	4.733.756	4.391.522
Percentual de participação sobre capital social da CTEEP	37,8053%	37,8059%
<b>Investimento com base no valor patrimonial (A)</b>	<b><u>1.789.611</u></b>	<b><u>1.660.253</u></b>
<b>Ágio</b>		
Ágio a amortizar (Nota 10)	189.179	231.155
Ágio - Reserva especial	<u>147.912</u>	<u>147.912</u>
<b>Ágio total (B)</b>	<b><u>337.091</u></b>	<b><u>379.067</u></b>
<b>Total do investimento (A+B)</b>	<b><u><u>2.126.702</u></u></b>	<b><u><u>2.039.320</u></u></b>

### (c) Movimento do Investimento no ano de 2012

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u><u>2.039.320</u></u></b>
Venda de ações (920 ações)	(26)
Resultado de equivalência patrimonial	245.307
Dividendos intermediários reconhecidos no período (i) (ii)	(67.571)
Juros sobre capital próprio reconhecidos no período (i)	(48.352)
Amortização do ágio (nota 15)	<u>(41.976)</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b><u><u>2.126.702</u></u></b>

- (i) No primeiro semestre de 2012, o Conselho de Administração da Controlada CTEEP aprovou, para pagamento em 30/04/2012 e 27/07/2012, juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários no montante de R\$127.900 e R\$147.382 respectivamente, sendo que do total distribuído coube à ISA Capital a importância de R\$104.073 e para os demais acionistas R\$171.209.
- (ii) Em Assembleia de Acionistas (AGO-E) da CTEEP, realizada em 16/04/2012, deliberou-se sobre o pagamento, em 30 de abril de 2012, de dividendos no montante de R\$31.349 referentes ao lucro líquido de 2011. Do total coube a ISA Capital a importância de R\$11.850 (nota 25.d).

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (d) Transação em empresas controladas

Em 28 de maio de 2012, a controlada CTEEP assinou contrato de compra e venda de cotas e outras avenças entre a Controlada CTEEP e a EDP Energias do Brasil S.A. para aquisição de 100% das ações do capital social da Evrecy Participações Ltda. (“Evrecy”).

A Evrecy é uma empresa prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, cuja origem se deu a partir da cisão de ativos de geração e transmissão da empresa Espírito Santo Centrais Elétricas – Escelsa em 2005, sendo detentora de 154 km de linhas de transmissão e de uma subestação, entre os estados de Espírito Santo e Minas Gerais. A receita anual prevista é de R\$9,4 milhões. O vencimento do contrato de concessão é em 17 de julho de 2025.

A Controlada CTEEP pagará pela aquisição o valor de R\$58.400. Em 28 de maio de 2012 a Controlada CTEEP efetuou a título de adiantamento o montante de R\$5.804 à EDP Energias do Brasil S.A., classificado à rubrica outros ativos circulantes no balanço patrimonial. Caso não se cumpra quaisquer das condições previstas no contrato de compra e venda de quotas, o adiantamento será devolvido à Companhia corrigido pela taxa DI.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em agosto de 2012 através do Ato de Concentração nº 08012.006560/2012-92. Porém, a conclusão da operação e efetiva aquisição das ações estará sujeita a aprovação pelos Órgãos da Administração de ambas as companhias e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Desta forma, a Controlada CTEEP ainda não procedeu aos registros contábeis dessa transação à luz do CPC 15 – Combinação de Negócios, o que deverá ocorrer após a aprovação dos órgãos reguladores.

## 14 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão.

	Taxas médias anuais de depreciação	Controladora			
		30.09.2012		31.12.2011	
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Em serviço</b>					
Maquinas e equipamentos	16%	33	(9)	24	32
Móveis e utensílios	10%	31	(14)	17	19
Outros	4%	-	-	-	1
		<b>64</b>	<b>(23)</b>	<b>41</b>	<b>52</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de depreciação			30.09.2012	31.12.2011
	%	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Em serviço</b>					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	3.148	(3.148)	-	62
Maquinas e equipamentos	16%	13.144	(5.144)	8.000	5.468
Móveis e utensílios	10%	2.953	(999)	1.954	1.729
Veículos	21%	1.258	(689)	569	733
Outros	4%	1.429	(266)	1.163	844
		<b>21.932</b>	<b>(10.246)</b>	<b>11.686</b>	<b>8.836</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 27)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 30.09.2012
Maquinas e equipamentos	32	2	(6)	(4)	24
Móveis e utensílios	20	1	(3)	(1)	17
	<b>52</b>	<b>3</b>	<b>(9)</b>	<b>(5)</b>	<b>41</b>

  

	Consolidado				
	Saldos em 31.12.2011	Adições	Depreciação (nota 27)	Baixas/Trans- ferências	Saldos em 31.03.2012
Benfeitorias em Imóveis Terceiros	62	-	(62)	-	-
Maquinas e equipamentos	5.468	3.484	(522)	(430)	8.000
Móveis e utensílios	1.730	485	(133)	(128)	1.954
Veículos	733	-	(135)	(29)	569
Outros	843	420	(36)	(64)	1.163
	<b>8.836</b>	<b>4.389</b>	<b>(888)</b>	<b>(651)</b>	<b>11.686</b>

## 15 Intangível

Refere-se, substancialmente;

- a) aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado, cujo prazo de execução teve início em abril de 2008 e a conclusão em fevereiro de 2009 e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de 5 anos; e

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- b) ao ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Controlada CTEEP, que tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998. O ágio está sendo amortizado de acordo com os contratos de concessões da CTEEP nº 059/01 e 143/01 que vencerão respectivamente em 2015 e 2031.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Ágio (nota 10)</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2011</b>	<b>231.155</b>	<b>8.997</b>	<b>240.152</b>
Adições	-	2.980	2.980
Amortização de gastos com software (nota 27)	-	(2.638)	(2.638)
Amortização com ágio (nota 10 e 13.c)	(41.976)	-	(41.976)
<b>Saldo em 30.09.2012</b>	<b>189.179</b>	<b>9.339</b>	<b>198.518</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 16 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Encargos	Vencimento final	Consolidado	
			30.09.2012	31.12.2011
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Bônus (a)	8,8%	30.01.2017	65.212	61.548
<b>Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)</b>				
CCB Internacional Banco IBBA (d) (i)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	132.185	122.077
Commercial Paper - Banco JP Morgan (d) (ii)	Variação US\$ + 2,1% a.a.	21.10.2013	176.751	159.116
<b>Total Moeda Estrangeira</b>			<b>374.148</b>	<b>342.741</b>
<b>Moeda nacional</b>				
BNDES (b) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	257.957	328.318
BNDES (b) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	154.817	196.251
BNDES (b) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	53.772	57.631
BNDES (b) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	239.893	229.947
BNDES (b) (v)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2013	143.788	71.890
BNDES (b) (vi)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	4.771	5.328
BNDES (b) (vi)	5,5% a.a.	15.01.2021	4.715	4.240
BNDES (b) (vii)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	49.136	49.562
BNDES (b) (vii)	5,5% a.a.	15.01.2021	78.683	75.872
BNDES (b) (viii)	1,9% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	50.725	48.282
BNDES (b) (viii)	1,5% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	43.825	42.217
Notas Promissórias				
4º emissão (c) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	-	223.048
5º emissão (c) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	-	316.885
6º emissão (c) (iii)	104,9% CDI a.a.	05.01.2013	426.156	-
2º emissão- IEMadeira (c) (iv)	106,5% CDI a.a.	24.10.2012	153.186	-
3º emissão- IEMadeira (c) (v)	106,5% CDI a.a.	18.03.2013	219.893	-
Fundo Constitucional de financiamento do Norte (e)	10,0% a.a.	10.07.2032	69.911	-
Banco Bradesco (f)	CDI + 2,0% a.a.	-	-	4.365
Banco do Brasil (g)	CDI + 1,4% a.a.	10.11.2012	6.233	-
Banco do Nordeste (h)	10% a.a.	19.05.2030	54.851	55.898
Eletróbrás	8% a.a.	15.11.2021	353	391
Arrendamentos mercantis financeiros			400	619
<b>Total Moeda Nacional</b>			<b>2.013.065</b>	<b>1.710.744</b>
<b>Total Moeda Nacional e Estrangeira</b>			<b>2.387.213</b>	<b>2.053.485</b>
<b>Circulante</b>			<b>1.514.901</b>	<b>1.009.850</b>
<b>Não circulante</b>			<b>872.312</b>	<b>1.043.635</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (a) Emissão de bônus realizada em 29 de janeiro de 2007 no valor de US\$554 milhões

A emissão foi dividida em duas “tranches”: a primeira, no valor de US\$200 milhões, com prazo de cinco anos com vencimento em 2012, taxa de juros de 7,875% ao ano, com opção Call nos anos 2010 e 2011; a segunda “tranche”, de US\$354 milhões, com prazo de dez anos com vencimento em 2017 e taxa de juros de 8,8% ao ano.

#### (i) Reestruturação da dívida em moeda estrangeira – Bônus

Em consonância com a estratégia do Grupo ISA, que tem como premissa expandir seus negócios no Brasil, a administração da ISA Capital desenvolveu estudos, denominado projeto REDI, para reestruturar sua dívida em moeda estrangeira “bônus” com o objetivo de reduzir o custo desse endividamento e, ao mesmo tempo, criar condições favoráveis que possibilitem a expansão das atividades da Companhia e de suas sociedades Controladas.

#### • Bônus de US\$354,0 milhões com vencimento em 2017

Em 08 de fevereiro de 2010, a Companhia deu início à implementação da reestruturação anunciando no exterior uma oferta pública de recompra em dinheiro de todos os bônus de sua emissão com vencimento em 2017 até o montante total em circulação equivalente a US\$354 milhões. Como parte integrante da operação, além do pagamento pelo valor de mercado de 108,25% a ISA Capital ofereceu aos detentores dos bônus de 2017 que aderissem a oferta pública até o dia 24 de fevereiro de 2010 (denominado de período antecipado) um valor adicional (“ConsentFee”) de 3,50% sobre o valor de mercado. Entre 24 de fevereiro e 8 de março de 2010, os detentores que aderiram a oferta receberam com base no valor de mercado 108,25%. Encerrado o período da oferta, constatou-se a adesão de 91,06% do total dos detentores dos bônus. Dessa forma dentro das condições estabelecidas, a Companhia, em março de 2010, recomprou US\$322,3 milhões, importância equivalente a 91,06% do total de US\$354,0 milhões, restando no mercado apenas 8,94% do total dos bônus com vencimento em 2017 com valor equivalente a US\$31,6 milhões.

O desembolso total pela Companhia na recompra de 91,06% desses títulos ocorreu no mês de março 2010, no total de US\$371,8 milhões equivalentes a R\$665,0 milhões, assim compostos: (i) Principal de US\$322,3 milhões equivalentes a R\$577,4 milhões; (ii) Prêmio (“Consent Fee”) de US\$37,7 milhões equivalentes a R\$66,6 milhões; (iii) Juros proporcionais de US\$3,2 milhões equivalentes a R\$5,7 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas de US\$8,6 milhões equivalentes a R\$15,3 milhões.

Para o montante de bônus de US\$31,6 milhões remanescente no mercado, ficam mantidas as mesmas condições pactuadas quando da emissão, porém sem qualquer tipo de *covenants*. O prazo de vencimento do principal permanece em 2017 e os juros continuam sendo pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano, com taxa de 8,8% ao ano.

#### • Bônus de US\$200,0 milhões com vencimento em 2012

Assim que a oferta pública de recompra dos bônus de 2017 foi concluída, a Companhia, utilizando-se da prerrogativa de opção call prevista no contrato dos bônus com vencimento em 2012, iniciou o processo de recompra dos títulos, e dentro do prazo e condições estabelecidas recomprou 100% da totalidade dos mesmos cujo montante era de US\$200 milhões. Considerando que a recompra foi pelo valor de mercado vigente de 103,938%, conforme estipulado nas debêntures para o exercício da opção call em 2010, a ISA Capital desembolsou pela recompra desses bônus o montante de US\$212,6 milhões equivalentes a R\$380,8 milhões, assim composto: (i) Principal US\$200,0 milhões equivalentes a R\$358,2 milhões; (ii) Prêmio US\$7,9 milhões equivalentes a R\$14,1 milhões; (iii) Juros proporcionais US\$2,4 milhões equivalentes a R\$4,4 milhões; e (iv) Impostos incidentes sobre remessas US\$2,3 milhões equivalentes a R\$4,1 milhões.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$764,2 milhões, reduzido para R\$601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008, com amortização a partir de janeiro de 2009 em 78 parcelas mensais. Como garantia, a controlada CTEEP ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq 3,5$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ .
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a controlada CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$329,1 milhões, com amortização a partir de janeiro de 2011 em 54 parcelas mensais, sendo que, até o início da amortização, os encargos foram pagos trimestralmente. Como garantia, a controlada CTEEP ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA  $< 3,5$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $< 0,6$ .
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada da CTEEP, IEMG, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita, com amortização a partir de 15 de maio 2009, em 168 parcelas mensais. A fiança bancária foi dispensada pelo BNDES em 15 de março de 2011. A controlada da CTEEP, IEMG, deverá manter, durante todo o período de amortização, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada da CTEEP, IEMadeira, assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, nos valores de R\$292,6 e R\$108,7 milhões. Foram liberados R\$163,0, R\$110,0, R\$37,7, R\$36,7, R\$40,0 e R\$13,9 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização, em parcela única juntamente com os encargos, foi prorrogada de 15 de janeiro de 2012 para 15 de julho de 2012. Em 04 de julho de 2012 o contrato foi novamente aditivado estendendo-se o vencimento para 15 de janeiro de 2013. Como garantia foi oferecida fiança bancária, junto aos bancos Itaú BBA e Santander, ao custo de 0,5% a.a. e junto ao banco HSBC ao custo de 0,4% a.a.
- (v) Em 14 de dezembro de 2011, a controlada da CTEEP, IEMadeira, assinou contrato de empréstimo de curto prazo com o BNDES, no valor de R\$280,0 milhões. Foram liberados R\$140,8, R\$101,0, R\$36,4 e R\$1,8 milhões em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro, 27 de março e 15 de maio de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização em parcela única juntamente com os encargos foi prorrogada de 15 de julho de 2012 para 15 de janeiro de 2013. Como garantia foi oferecida fiança bancária junto ao Banco Itaú BBA e Bradesco, ao custo de 0,5% a.a.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (vi) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, IESul, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,9% a.a., com vencimentos semestrais. A controlada da CTEEP, IESul, deverá manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vii) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada da CTEEP, IEPinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$119,9 milhões. Foram liberados R\$91,3 milhões e R\$28,6 milhões em 28 de janeiro e 27 de abril de 2011, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 17 de janeiro de 2013, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,4% a.a., com vencimentos trimestrais. A controlada da CTEEP, IEPinheiros, deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (viii) Em 28 de outubro de 2011, a controlada da CTEEP, Serra do Japi, assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$93,3 milhões. Foram liberados R\$75,0, R\$15,0 e R\$3,3 milhões em 18 de novembro e 12 de dezembro de 2011 e 27 de fevereiro de 2012, respectivamente o total dos recursos. O recurso destina-se a financiar as linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 28 de fevereiro de 2014, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,6% a.a. com vencimentos trimestrais. A controlada da CTEEP, Serra do Japi, deverá manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 apurado anualmente.

### (c) Notas promissórias

- (i) Em 11 de janeiro de 2012, a controlada CTEEP liquidou a 4ª emissão de notas promissórias.
- (ii) Em 04 de julho de 2012, a controlada CTEEP liquidou a 5ª emissão de notas promissórias.
- (iii) Em 11 de janeiro de 2012, a controlada CTEEP concluiu a 6ª emissão de notas promissórias no montante de R\$400,0 milhões e com vencimento em 05 de janeiro de 2013. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$479 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e são apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.
- (iv) Em 27 de abril de 2012, a controlada da CTEEP, IEMadeira, concluiu a 2ª emissão de notas promissórias no montante de R\$290,0 milhões, liquidadas em 24 de outubro de 2012 (nota 37.d). Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$247 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e foram apropriados ao resultado no prazo da transação. Como garantia foi oferecida fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na IEMadeira.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (v) Em 17 de setembro de 2012, a controlada da CTEEP, IEMadeira, concluiu a 3ª emissão de notas promissórias no montante de R\$720,0 milhões e com vencimento em 18 de março de 2013. Foram liberados R\$430,0 milhões e R\$290,0 milhões em 17 de setembro e 24 de outubro de 2012, respectivamente (nota 37). Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$691 mil e, em conformidade com o CPC 08 (IAS 39), foram registrados deduzindo o valor de captação e são apropriados ao resultado no prazo da transação. Como garantia foi oferecida fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na controlada da CTEEP, IEMadeira.

### (d) Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (*Hedge*)

- (i) Em 20 de abril de 2011, a controlada CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o Banco Itaú BBA com o *Notional* de R\$100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 32. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.
  - (ii) Em 17 de outubro de 2011, a controlada CTEEP assinou o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, no valor de USD 85.787.818,13 com vencimento em 21 de outubro de 2013 e remuneração de variação cambial (VC) + 2,1% a.a. Adicionalmente houve a contratação de *Swap* com o Banco JP Morgan e *Notional* no valor de R\$150,0 milhões e o fator de correção a 98,3% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 32.
- (e) Em 28 de junho de 2012, a controlada da CTEEP IEMadeira assinou contrato de financiamento de longo prazo, cédula de crédito bancária, com o Banco da Amazônia, no montante de R\$267,0 milhões. Foram liberados R\$137,1 milhões em 27 de agosto de 2012. Será aplicado bônus de adimplência de 15%, desde que as parcelas sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. O financiamento, com recursos do FNO – Fundo Constitucional de Investimento do Norte, destina-se a financiar a construção das linhas de transmissão e subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 192 parcelas mensais a partir de setembro de 2016. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 19 de fevereiro de 2013, junto ao Banco Bradesco, ao custo de 0,4% a.a. Esta garantia será substituída por outras garantias de longo prazo, em contrato de compartilhamento de garantia, a ser firmado pela controlada da CTEEP, IEMadeira, Banco da Amazônia S/A e BNDES.
  - (f) Em 18 de janeiro de 2012, a controlada da CTEEP, IENNE, assinou contrato de conta garantida com limite de R\$20,0 milhões junto ao Banco Bradesco S.A, com vencimento em 18 de julho de 2012. Em 18 de julho de 2012, foi renovado contrato alterando a taxa para CDI + 1,7% a.a. e vencimento em 14 de janeiro de 2013. Em 31 de agosto de 2012, houve a liquidação antecipada do contrato.
  - (g) Em 23 de julho de 2012, a controlada da CTEEP, IENNE, assinou contrato de conta garantida com limite de R\$30,0 milhões junto ao Banco do Brasil, com vencimento em 10 de novembro de 2012, prorrogável. Como garantia há fiança corporativa dos acionistas estritamente na proporção de suas participações acionárias na IENNE.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (h) Em 19 de maio de 2010, a controlada da CTEEP, IENNE, assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da linha de transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização é feita em 216 parcelas mensais, sendo que a primeira parcela foi paga em junho de 2012, com o início da amortização, os encargos são pagos mensalmente. Será aplicado bônus de adimplência de 25% à parcela de crédito aplicada no semi-árido e bônus de adimplência de 15% à parcela fora do semi-árido, desde que, as prestações de juros ou principal e juros sejam pagas até as datas dos respectivos vencimentos estipulados em contrato. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 01 de junho de 2013, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,4% a.a., com pagamentos trimestrais.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
2013	-	-	218.917	451.771
2014	-	-	175.393	172.425
2015	-	-	101.417	98.201
2016	-	-	28.646	23.975
2017	64.269	59.371	96.035	59.371
Após 2017	-	-	251.904	237.892
	<b>64.269</b>	<b>59.371</b>	<b>872.312</b>	<b>1.043.635</b>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>61.548</b>	<b>2.053.485</b>
Adições	-	918.583
Pagamentos (principal e juros)	(5.236)	(747.757)
Juros e variações monetárias e cambiais	8.900	162.902
<b>Saldos em 30.09.2012</b>	<b>65.212</b>	<b>2.387.213</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 17 Debêntures

	<b>Consolidado</b>				
	<u>Vencimento</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Remuneração</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a	501.485	490.736
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1 a.a	68.348	67.117
Série única CTEEP	02.07.2014	70.000	105,5% do CDI	713.649	-
Série única IEMADEIRA	15.09.2012	420	106,5% do CDI	-	221.608
				<u>1.283.482</u>	<u>779.461</u>
<b>Circulante</b>				<u>177.268</u>	<u>389.825</u>
<b>Não circulante</b>				<u>1.106.214</u>	<u>389.636</u>

Em dezembro de 2009, a controlada CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2012, de 2013, de 2014 e 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA  $\leq$  3,5 e EBITDA/Resultado financeiro  $\geq$  3,0.

Em setembro de 2011, a controlada da CTEEP, IEMadeira, emitiu 420 debêntures no montante total de R\$420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures foram resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de notas promissórias (nota 16 (c) (v)).

Em julho de 2012, a controlada CTEEP emitiu 70.000 debêntures em série única, no montante total de R\$700,0 milhões, com entrada do recurso em 04 de julho de 2012. A amortização dos juros e do principal será no vencimento, em 02 de julho de 2014. Não foram estabelecidos indicadores financeiros para este contrato.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
2013	163.550	163.204
2014	892.373	177.939
2015	16.763	16.164
2016	16.763	16.163
2017	16.765	16.166
	<u>1.106.214</u>	<u>389.636</u>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação das debêntures é como segue:

	<u>Consolidado</u>
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>779.461</b>
Adições	700.000
Pagamentos (principal e juros)	(268.578)
Juros e variações monetárias e cambiais	72.599
<b>Saldos em 30.09.2012</b>	<b>1.283.482</b>

### 18 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de renda	9.912	4.227	76.546	42.618
Contribuição social	3.513	1.402	27.727	15.385
COFINS	-	1.843	9.023	9.819
PIS	-	400	1.957	2.130
Programa bolsa estudos	-	-	354	864
INSS	23	17	6.196	7.541
ISS	-	0	5.085	3.421
Outros	1	189	8.214	6.573
	<u>13.449</u>	<u>8.078</u>	<u>135.102</u>	<u>88.351</u>

### 19 Impostos parcelados – Lei nº 11.941

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a controlada CTEEP retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a controlada CTEEP aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$141.162 à vista, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a controlada CTEEP consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a controlada CTEEP gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$21.013 sobre o valor total devido, reconhecido no resultado financeiro. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integra o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Saldo em 31.12.2011	<u>157.509</u>
Atualização monetária sobre o débito	8.659
Pagamentos efetuados	<u>(9.508)</u>
Saldo em 30.09.2012	<u>156.660</u>
Circulante	<u>12.965</u>
Não circulante	<u>143.695</u>

### 20 Parcelamento ICMS – diferencial de alíquota – consolidado

Em 25 de maio de 2011, foi publicado no DOU – Diário Oficial União o Convênio ICMS 47, pelo qual o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ autoriza a isenção do ICMS devido ao Estado de Rondônia, para as aquisições destinadas ao Complexo Madeira, Usinas Jirau e Santo Antônio e Instalações de Transmissão ligadas às Usinas (inclusive IE MADEIRA), referente:

- (a) ao ICMS sobre equipamentos importados, sem similar nacional; e
- (b) do Diferencial de Alíquota (ICMS Destino) devido ao Estado de Rondônia, referente a aquisições efetuadas em outros estados brasileiros.

Em 11 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Rondônia publicou a Lei 2.538, regulamentando a isenção autorizada pelo Convênio ICMS 47/2011.

Dentre outras exigências, é previsto que a empresa interessada deverá celebrar Termo de Compromisso que será assinado entre a Empresa, a Coordenadoria da Receita Estadual de Rondônia e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Neste Termo de Compromisso deverá ser assumida a realização de Investimentos nas áreas Sociais do Estado. O valor deste investimento será negociado na celebração do Termo.

Em 26 de agosto de 2011, em julgamento de Ação proposta pelo Ministério Público de Rondônia, a Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública determinou a suspensão da eficácia da Lei 2.538/2011 e, por consequência, que a Secretaria de Estado de Finanças:

- (a) se abstenha de proceder à exclusão dos créditos tributários lançados de janeiro de 2008 até a presente data, especificados na planilha feita pela SEFIN constante do ofício nº. 1478/GAB/SEFIN;
- (b) suspenda a análise dos pedidos de exclusão dos créditos tributários com a finalidade prevista na Lei n. 2.538/2011;
- (c) se abstenha de fornecer certidão negativa tributária valendo-se da pretendida exclusão.

Dado o exposto, a validade da Lei está suspensa e é necessário aguardar a Decisão Final da Ação Civil Pública, após a manifestação do Governo do Estado de Rondônia e/ou da Assembleia Legislativa, para que a aplicação da mesma possa ser pleiteada.

Ressalta-se que até o julgamento poderá também ocorrer da liminar ser cassada e a Lei 2.538/2011 poderá voltar a ser aplicada.

Diante da necessidade da controlada da CTEEP, IEMadeira, de obter a certidão negativa, o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado de Finanças Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN-RO, parcelou o diferencial de alíquota devido em 60 parcelas.

A constituição do saldo do passivo circulante é de R\$2.003 em 30 de setembro de 2012, correspondentes as 12 parcelas iniciais do Parcelamento, enquanto que o saldo do passivo não circulante é de R\$7.512 correspondentes as 48 parcelas finais do Parcelamento. Os saldos são proporcionais à participação da Companhia na controlada.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 21 Encargos regulatórios a recolher

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (i)	58.409	50.364
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.779	1.834
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	1.219	2.592
Reserva global de reversão – RGR	4.853	4.917
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.191	1.269
Taxa de fiscalização – ANEEL	346	182
	<b>67.797</b>	<b>61.158</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.670</b>	<b>28.824</b>
<b>Não circulante</b>	<b>33.127</b>	<b>32.334</b>

(i) A controlada CTEEP e suas controladas reconheceram passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Os saldos dos projetos serão liquidados quando da finalização de cada projeto.

### 22 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Férias e encargos sociais	21	13	21.786	17.853
Participação nos lucros e resultados – PLR	-	-	2.122	5.419
Programa de desligamento voluntário – PDV	-	-	-	6
Indenizações diversas	-	-	-	-
Contingências (a)	-	-	93.281	101.844
	<b>21</b>	<b>13</b>	<b>117.189</b>	<b>125.122</b>
<b>Circulante</b>	<b>21</b>	<b>13</b>	<b>23.945</b>	<b>23.290</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.244</b>	<b>101.832</b>

#### (a) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011
Trabalhistas (i)	82.132	87.807
Cíveis	4.623	3.347
Fiscais – IPTU (ii)	5.001	7.608
Previdenciárias – INSS (iii)	1.525	1.439
ANEEL (iv)	-	1.643
	<b>93.281</b>	<b>101.844</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (i) Trabalhistas

A controlada CTEEP assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A controlada CTEEP possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$58.786 (R\$52.867 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 12.

### (ii) Fiscais - IPTU

A controlada CTEEP efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$5.001.

### (iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a controlada CTEEP foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa e atualmente o valor do depósito judicial para este processo totaliza R\$1.226 (nota 12).

### (iv) ANEEL

A controlada CTEEP mantinha provisão referente aos processos decorrentes dos autos de infração da ANEEL. Tendo em vista a mudança da avaliação do prognóstico de perda provável para remota para referidos processos, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, a provisão foi revertida à rubrica contingências no resultado.

### (v) Processos com perdas possíveis

A Companhia possui através de sua controlada CTEEP ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$118.002 em 30 de setembro de 2012 (R\$119.512 em 31 de dezembro de 2011), concentradas principalmente em ações trabalhistas que totaliza R\$70.826 (R\$65.736 em 31 de dezembro de 2011).

### (vi) Movimentação das provisões para contingências:

	<b>Consolidado</b>					
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Fiscais - IPTU</u>	<u>Previdenciárias - INSS</u>	<u>ANEEL</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31.12.2011</b>	<b>87.807</b>	<b>3.347</b>	<b>7.608</b>	<b>1.439</b>	<b>1.643</b>	<b>101.844</b>
Constituição	5.044	2.349	-	-	-	7.393
Reversão/pagamento	(11.098)	(1.197)	(2.915)	-	(1.698)	(16.908)
Atualização	379	124	308	86	55	952
<b>Saldos em 30.09.2012</b>	<b>82.132</b>	<b>4.623</b>	<b>5.001</b>	<b>1.525</b>	<b>-</b>	<b>93.281</b>

## 23 Valores a pagar – Fundação CESP

A controlada CTEEP patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP, que apresenta saldo de R\$5.989 em 30 de setembro de 2012 (R\$6.244 em 31 de dezembro de 2011), referente às parcelas mensais a pagar como contribuição ao fundo.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias**

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a controlada CTEEP (nota 36).

### **(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias**

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria controlada CTEEP, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da controlada CTEEP.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a controlada CTEEP, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a controlada CTEEP e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido - BD.

### **(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista**

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela controlada CTEEP, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o período de nove meses do ano de 2012 não houve variação significativa no número de participantes dos planos e nas premissas utilizadas pela controlada CTEEP em relação ao informado na nota 22 (d), nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

## **24 Obrigações especiais**

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na controlada CTEEP, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, a controlada CTEEP paga 5% sobre o valor da Reserva, à título de juros. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 25 Patrimônio Líquido

#### (a) Capital social

A Companhia foi constituída em 28 de abril de 2006, na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Em 19 de setembro de 2006, a Companhia foi transformada em sociedade por ações.

Em 9 e 19 de março de 2010, a Companhia promoveu dois aumentos de capital com emissão de ações preferenciais resgatáveis ao preço de R\$2,020731 por ação, cujo resgate terá início em 12 de abril de 2013 e término em 09 de abril de 2016, que foram totalmente subscritas e integralizadas por HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, conforme segue:

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2010, nos termos da Proposta do Conselho de Administração datada de 08 de março de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$840.000, dos quais R\$420 foram destinados ao capital social e R\$839.580 foram destinados à conta de reserva de capital, mediante a criação e emissão de 415.691.162 ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, as quais foram subscritas e integralizadas na mesma data, passando o capital social da Companhia de R\$839.778 para R\$840.198 divididos em 1.256.316.162 ações. Nessa mesma assembléia foi aprovado a redução do dividendo obrigatório, que passou de 25% para 1%, e a reforma do Estatuto Social da Companhia; e
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2010, foi aprovado um novo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, com a emissão de 178.153.342 ações preferenciais resgatáveis, distribuídas em 13 classes, com direito a dividendos fixos cumulativos, no valor total de R\$360.000 o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, e dos quais R\$180 foram destinados ao capital social e R\$359.820 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Passando o capital social da Companhia de R\$840.198 para 840.378 dividido em 1.434.469.504 ações.
- (iii) Posteriormente, em 14 de maio de 2010, o acionista HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo, até então detentor das 593.844.504 ações preferenciais emitidas pela Companhia, alienou 50% ao Banco Votorantim S.A.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$840.378 e está representado por 840.625.000 ações ordinárias e 593.844.504 ações preferenciais, distribuídas como segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Quantidade de ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Interconexión Eléctrica S.A ESP	840.624.999	-	840.624.999	58,60%
Conselheiros de Administração	1	-	1	0,00%
HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo	-	296.922.252	296.922.252	20,70%
Banco Votorantim S.A.	-	296.922.252	296.922.252	20,70%
<b>Total</b>	<b>840.625.000</b>	<b>593.844.504</b>	<b>1.434.469.504</b>	<b>100%</b>

#### (b) Destinação dos lucros

Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os dividendos obrigatórios equivalem a 1% do Lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e são destinados às ações preferenciais resgatáveis até o montante equivalente aos Dividendos Fixos Cumulativos a que fazem jus essas ações.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ainda de acordo com o referido artigo 35º do Estatuto Social a importância equivalente a 100% do Lucro líquido remanescente após a constituição da Reserva Legal, observado os limites legais, e os pagamentos de Dividendos Obrigatórios e Fixos Cumulativos devidos às ações preferenciais, deverá ser destinada para a Reserva de Lucros até que esta atinja 50% do saldo do valor a resgatar das ações preferenciais resgatáveis acrescidos de 120% o valor dos Dividendos Fixos Cumulativos e/ou valores relativos a resgates devidos às ações preferenciais e não pagos. A destinação é efetuada anualmente.

### (c) Dividendos fixos cumulativos

Os dividendos fixos cumulativos são calculados e pagos a cada trimestre conforme estabelece o artigo 6º do Estatuto Social.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas, HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A., como segue:

Pagamento	Valor	Valor por Ação	Ações	Deliberação	Competência
09/01/2012	36.004	0,060629	593.844.504	09/01/2012	2011
09/04/2012	31.727	0,053427	593.844.504	09/04/2012	2012
10/07/2012	28.699	0,048327	593.844.504	10/07/2012	2012
<b>Total</b>	<b>96.430</b>				

### (d) Dividendos e juros sobre capital próprio da Controlada CTEEP

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada pela Controlada CTEEP em 16 de abril de 2012, deliberou-se sobre o pagamento, em 30 de abril de 2012, de dividendos referentes ao lucro líquido de 2011, no montante de R\$31.349, correspondentes a R\$0,205349 por ação. Do total foi destinado à Controladora ISA Capital a importância de R\$11.850 (nota 13.c) e para os demais acionistas R\$19.499.

Em reuniões realizadas em 29 de março de 2012 e 29 de junho de 2012, o Conselho de Administração da Controlada CTEEP deliberou sobre a distribuição, em 30 de abril de 2012 o montante de R\$114.282, destinado a controladora ISA Capital o montante R\$43.205 e 27 de julho de 2012 o montante de R\$161.000, destinado a controladora ISA Capital o montante de R\$60.868 de dividendos e juros sobre capital próprio intermediários (nota 13.c).

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas pela Controlada até 30 de setembro de 2012 é de R\$530.558 (R\$673.449 até 30.09.2011). Desse total coube a ISA Capital a importância de R\$200.752 (R\$249.240 até 30.09.2011).

A controlada CTEEP não distribuiu dividendos e juros sobre capital próprio nesse terceiro trimestre.

O estatuto social da Controlada CTEEP prevê dividendos obrigatórios equivalentes a 10% do capital social, que atualmente corresponde a R\$116.263, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

### (e) Reserva de capital

Após as deliberações de 9 e 19 de março de 2010, acima mencionadas, a conta de Reservas de Capital da Companhia em 30 de junho de 2012, tem saldo equivalente a R\$1.199.400. Essa importância, conforme previsto em cronograma será utilizada para a realização dos resgates das ações preferenciais resgatáveis distribuídas em 13 classes, podendo também, conforme previsto no acordo de acionistas e na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, conforme alterada, ser utilizada para pagamento de dividendos a que tem direito as ações preferenciais resgatáveis.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (f) Ágio na transação de capital

Após aquisição de ações da CTEEP em dezembro de 2011, a Companhia apurou um ganho na variação de porcentagem, juntamente com uma perda no valor da ação de compra em relação ao valor Patrimonial da ação da Controlada. A conta de ágio na transação de capital em 30 de setembro de 2012, após a realização da venda de 920 ações da CTEEP, correspondente a baixa no montante de R\$20, tem saldo equivalente a R\$7.468. Essa importância será realizada no momento da venda das ações da CTEEP.

### (g) Reservas de lucro

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reserva legal (i)	5.881	5.881
Reserva de lucros (ii) (Nota 25.b)	<u>89.629</u>	<u>89.629</u>
	<u><b>95.510</b></u>	<u><b>95.510</b></u>

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

#### (ii) Reserva de lucros

Nessa conta deverá ser alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanescer após a destinação dos dividendos fixos cumulativos às ações preferenciais resgatáveis, observando os limites estabelecidos no estatuto social da Companhia. Enquanto houver ações preferenciais resgatáveis em circulação, essa conta será utilizada apenas e exclusivamente para o pagamento de dividendos fixos cumulativos a que as ações preferenciais resgatáveis fazem jus e, se for o caso, também para o resgate das ações preferenciais resgatáveis.

### (h) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	<u>Trimestre findo</u>		<u>Período de nove meses findo</u>	
	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
<b>Lucro básico</b>				
Lucro líquido – R\$ mil	80.613	103.294	191.533	257.635
Quantidade média ponderada de ações				
Ordinárias	840.625.000	840.625.000	840.625.000	840.625.000
Preferenciais	<u>593.844.504</u>	<u>593.844.504</u>	<u>593.844.504</u>	<u>593.844.504</u>
	<u><b>1.434.469.504</b></u>	<u><b>1.434.469.504</b></u>	<u><b>1.434.469.504</b></u>	<u><b>1.434.469.504</b></u>
<b>Total do lucro básico por ação</b>	<u><b>0,0562</b></u>	<u><b>0,0720</b></u>	<u><b>0,1335</b></u>	<u><b>0,1796</b></u>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 26 Receita operacional líquida

#### 26.1 Composição da receita operacional líquida

	Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Receita bruta</b>				
Construção (a) (Nota 7)	247.195	298.244	689.104	803.318
Operação e manutenção (a) (Nota 7)	122.398	138.338	447.730	425.020
Financeira (b) (Nota 7)	528.809	561.489	1.232.402	1.233.573
Aluguéis	3.781	3.541	10.803	10.105
Prestação de serviços	1.223	600	2.868	2.191
<b>Total da receita bruta</b>	<b>903.406</b>	<b>1.002.212</b>	<b>2.382.907</b>	<b>2.474.207</b>
<b>Tributos sobre a receita</b>				
COFINS	(48.555)	(56.510)	(105.624)	(135.776)
PIS	(10.536)	(12.262)	(22.915)	(29.263)
ISS	(104)	(31)	(245)	(111)
	<b>(59.195)</b>	<b>(68.803)</b>	<b>(128.784)</b>	<b>(165.150)</b>
<b>Encargos regulatórios</b>				
Conta de consumo de combustível – CCC	(7.386)	(9.583)	(37.688)	(32.476)
Conta de desenvolvimento energético – CDE	(7.415)	(6.398)	(28.863)	(20.174)
Reserva global de reversão – RGR	(13.780)	(13.099)	(41.931)	(39.080)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(4.787)	(4.789)	(14.755)	(13.652)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – PROINFA	(4.749)	(3.007)	(15.189)	(9.356)
	<b>(38.117)</b>	<b>(36.876)</b>	<b>(138.426)</b>	<b>(114.738)</b>
	<b>806.094</b>	<b>896.533</b>	<b>2.115.697</b>	<b>2.194.319</b>

#### (a) Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela controlada CTEEP e suas controladas. Quando a controlada CTEEP e suas controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### (b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a controlada CTEEP e suas controladas e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 26.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária. A receita associada ao contrato de concessão nº 143/2001, cuja periodicidade de revisão tarifária é de a cada cinco anos, não está sujeita a esta revisão.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- da base de remuneração regulatória para RBNI;
- dos custos operacionais eficientes;
- da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária ocorreu em 2010, conforme divulgado na nota explicativa 25.2, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

### 26.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

### 26.4 Reajuste anual da receita

Em 26 de junho de 2012, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.313, estabelecendo as receitas anuais permitidas da controlada CTEEP e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da controlada CTEEP, que era de R\$2.008.277 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.129.886 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$121.609, equivalente a 6,1%. A RAP da controlada CTEEP em conjunto com suas controladas, que era de R\$2.120.592 em 01 de julho de 2011, passou para R\$2.657.278 em 01 de julho de 2012, apresentando um incremento de R\$536.686, equivalente a 25,3%, em consequência da inclusão da RAP da controlada da CTEEP IEMadeira com estimativa de entrada em operação no 1º trimestre de 2013 (lote D) e 2º trimestre de 2013 (lote F).

A RAP da controlada CTEEP a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	15.934
	<u>1.294.492</u>	<u>350.847</u>	<u>16.604</u>	<u>(44.803)</u>	<u>374.685</u>	<u>128.404</u>	<u>9.657</u>	<u>2.129.886</u>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A RAP da controlada CTEEP e suas controladas a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2012 até 30 de junho de 2013 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2012:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	
59/2001	1.294.492	350.847	-	(44.133)	374.685	128.404	-	9.657	2.113.952
143/2001	-	-	16.604	(670)	-	-	-	-	15.934
004/2007	-	-	14.161	(594)	-	-	-	-	13.567
012/2008	-	-	6.739	418	-	-	1.016	-	8.173
015/2008	-	3.671	12.800	1.259	-	1.032	314	20	19.096
018/2008	-	-	3.292	-	-	-	40	-	3.332
026/2009	-	-	21.554	(1.355)	-	-	4.903	-	25.102
001/2008	-	-	38.253	3.640	-	-	-	-	41.893
013/2008	-	-	4.669	(2.294)	-	-	-	-	2.375
016/2008	-	-	8.216	1.649	-	-	190	-	10.055
013/2009	-	-	218.933	-	-	-	-	-	218.933
015/2009	-	-	184.866	-	-	-	-	-	184.866
	<b>1.294.492</b>	<b>354.518</b>	<b>530.087</b>	<b>(42.080)</b>	<b>374.685</b>	<b>129.436</b>	<b>6.463</b>	<b>9.677</b>	<b>2.657.278</b>

### 27 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

	Controladora			Controladora		
	Trimestre Findo em		Total	Período de nove meses Findo em		Total
	30.09.2012	30.09.2011		30.09.2012	30.09.2011	
Despesas	Total	Total	Despesas	Total	Total	
Pessoal	(425)	(425)	(391)	(1.237)	(1.237)	(1.383)
Serviços	(289)	(289)	(194)	(909)	(909)	(893)
Depreciação	(3)	(3)	(4)	(9)	(9)	(9)
Arrendamentos e aluguéis	(91)	(91)	(68)	(217)	(217)	(184)
Outros	(20)	(20)	(68)	(82)	(82)	(97)
	<b>(828)</b>	<b>(828)</b>	<b>(725)</b>	<b>(2.454)</b>	<b>(2.454)</b>	<b>(2.566)</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado				Consolidado			
	Trimestre Findo em				Período de nove meses Findo em			
	30.09.2012		30.09.2011		30.09.2012		30.09.2011	
Custos	Despesas	Total	Total	Custos	Despesas	Total	Total	
Pessoal	(50.917)	(14.188)	(65.105)	(56.701)	(147.601)	(40.325)	(187.926)	(157.636)
Serviços	(117.230)	(9.056)	(126.286)	(105.842)	(298.749)	(35.221)	(333.970)	(253.060)
Depreciação e amortização de intangível (notas 14 e 15)	-	(1.227)	(1.227)	(1.586)	-	(3.526)	(3.526)	(4.742)
Materiais	(138.355)	(154)	(138.509)	(210.512)	(379.162)	(846)	(380.008)	(567.740)
Arrendamentos e aluguéis	(2.123)	(1.906)	(4.029)	(3.599)	(6.444)	(5.109)	(11.553)	(10.118)
Contingências	-	(2.996)	(2.996)	(1.035)	-	(13.006)	(13.006)	(19.223)
Outros	(6.181)	(4.109)	(10.290)	(10.131)	(16.177)	(18.324)	(34.501)	(29.071)
	<b>(314.806)</b>	<b>(33.636)</b>	<b>(348.442)</b>	<b>(389.406)</b>	<b>(848.133)</b>	<b>(116.357)</b>	<b>(964.490)</b>	<b>(1.041.590)</b>

Os custos de construção consolidados totalizaram R\$624.882 em 30 de setembro de 2012 e R\$728.258 em 30 de setembro de 2011. A respectiva receita de construção, demonstrada na nota 26.1, é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

## 28 Resultado financeiro

	Controladora			
	Trimestre Findo em		Período de nove meses findo em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	8.964	8.993	27.765	23.590
Juros ativos	650	337	1.957	1.001
Juros Selic IR a recuperar	394	787	1.899	2.630
Variações monetárias	329	-	329	-
Variações cambiais	1.302	7.287	14.496	11.448
	<b>11.639</b>	<b>17.404</b>	<b>46.446</b>	<b>38.669</b>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(1.420)	(1.160)	(4.021)	(3.406)
IRRF sobre remessa de juros	(206)	(175)	(581)	(490)
PIS sobre juros capital próprio	-	(380)	(798)	(1.181)
COFINS sobre juros capital próprio	-	(1.750)	(3.674)	(5.441)
Variações monetárias	(2.855)	(10.820)	(12.156)	(28.213)
Variação Cambial	(1.368)	(9.613)	(15.607)	(12.938)
Outras	(10)	(3)	(20)	(2.622)
	<b>(5.859)</b>	<b>(23.901)</b>	<b>(36.857)</b>	<b>(54.291)</b>
	<b>5.780</b>	<b>(6.497)</b>	<b>9.589</b>	<b>(15.622)</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Trimestre Findo em</b>		<b>Período de nove meses findo em</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	18.271	16.417	47.759	41.535
Juros ativos	727	6.831	2.541	9.804
Ajuste MTM (market to market) (CCB International e Commercial Paper)	-	488	-	-
Juros Selic IR a recuperar	394	787	1.899	2.630
Variações monetárias	329	-	329	-
Variações cambiais	1.302	7.287	14.496	11.448
Variações cambiais (CCB International e Commercial Paper)	2.892	1.035	28.001	2.237
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International e Commercial Paper)	4.223	17.550	39.488	18.442
Ajuste operações de cobertura (NDF)	3.681	9.950	4.247	9.950
Outras	728	705	2.527	1.797
	<b>32.547</b>	<b>61.050</b>	<b>141.287</b>	<b>97.843</b>
<b>Despesas</b>				
Juros sobre empréstimos	(25.892)	(21.130)	(79.792)	(64.595)
Juros passivos	(2.834)	(4.424)	(9.752)	(7.000)
Encargos sobre notas promissórias	(12.404)	(17.467)	(49.282)	(29.392)
Encargos sobre debêntures	(29.862)	(19.132)	(69.895)	(52.797)
Encargos (CCB International e Commercial Paper)	(4.005)	(1.085)	(6.431)	(1.805)
Ajuste MTM (mark to market) (CCB Internacional e Commercial)	(23)	-	(3.574)	(773)
IRRF sobre remessa de juros	(206)	(175)	(581)	(490)
PIS sobre juros capital próprio	-	(380)	(798)	(1.181)
COFINS sobre juros capital próprio	-	(1.750)	(3.674)	(5.441)
Variações monetárias	(3.710)	(11.182)	(16.072)	(29.007)
Variação Cambial	(1.368)	(9.613)	(15.607)	(12.938)
Variações Cambiais (CCB International e Commercial Paper)	(4.284)	(19.776)	(51.197)	(20.408)
Ajuste de operação de cobertura (swap- CCB International e Commercial Paper)	(319)	(1.719)	(18.121)	(3.829)
Ajuste Operações de cobertura (NDF)	(2.920)	-	(3.222)	(3.200)
Outras	(1.819)	(236)	(5.782)	(12.151)
	<b>(89.646)</b>	<b>(108.069)</b>	<b>(333.780)</b>	<b>(245.007)</b>
	<b>(57.099)</b>	<b>(47.019)</b>	<b>(192.493)</b>	<b>(147.164)</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

As captações internacionais, no período de nove meses, apresentaram uma despesa de variação cambial líquida de R\$23.196 e encargos de R\$6.431. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$21.367.

Foram realizadas duas operações para captação de recursos externos, sendo:

A operação de CCB Internacional com o Banco Itaú BBA da controlada CTEEP, apresentou, no período de nove meses, despesa de variação cambial líquida de R\$9.895, encargos de R\$3.696 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$192. O ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$9.389 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

A captação sob a Lei 4.131 junto ao Banco JP Morgan, apresentou, no período de nove meses, despesa de variação cambial líquida de R\$13.301 e encargos de R\$2.735 e no MTM (mark to market) gerou a despesa de R\$3.382. O ajuste de *Swap* obteve uma receita líquida de R\$11.978 para o mesmo período que mantém o custo a 98,3% do CDI.

Na controlada da CTEEP IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$4.247 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$3.222. Os saldos são proporcionais a participação da controlada CTEEP na sua controlada.

### 29 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findos em		Trimestre findo em		Período de nove meses findos em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Receitas</b>								
Venda de terreno	-	-	-	-	-	26.427	-	26.427
Amortização Perda IEMG	-	-	-	-	609	-	1.829	-
Outras	15	-	15	-	56	2.348	2.599	4.273
	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>-</b>	<b>665</b>	<b>28.775</b>	<b>4.428</b>	<b>30.700</b>
<b>Despesas</b>								
Amortização do ágio (Notas 10,13, c e 15)	(13.992)	(13.992)	(41.976)	(41.976)	(21.201)	(21.624)	(63.600)	(63.600)
Perda na variação de participação em controlada em conjunto (IEMG)	-	-	-	-	-	-	-	(28.490)
Outras	-	-	-	-	-	-	(6.763)	-
	<b>(13.992)</b>	<b>(13.992)</b>	<b>(41.976)</b>	<b>(41.976)</b>	<b>(21.201)</b>	<b>(21.624)</b>	<b>(70.363)</b>	<b>(92.090)</b>
	<b>(13.977)</b>	<b>(13.992)</b>	<b>(41.961)</b>	<b>(41.976)</b>	<b>(20.536)</b>	<b>7.151</b>	<b>(65.935)</b>	<b>(61.390)</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 30 Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Correntes

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESul, Pinheiros e Serra do Japi estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, exceto para as controladas IEMG e Serra do Japi que são calculadas conforme o regime de lucro presumido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	<b>Controladora</b>			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.353	108.699	210.481	222.935
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(28.000)	(36.958)	(71.564)	(75.798)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes</b>				
Juros sobre capital próprios	-	(7.828)	(16.440)	(24.341)
Amortização ágio	(4.757)	(4.757)	(14.272)	(14.272)
Equivalência patrimonial	31.069	44.170	83.405	96.254
Constituição de tributos diferido sobre saldo negativo	-	-	-	53.000
Outros	(52)	(32)	(77)	(143)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>(1.740)</b>	<b>(5.405)</b>	<b>(18.948)</b>	<b>34.700</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.218)	(3.782)	(13.261)	(12.805)
Diferido	(522)	(1.623)	(5.687)	47.505
	<b>(1.740)</b>	<b>(5.405)</b>	<b>(18.948)</b>	<b>34.700</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>2,1%</b>	<b>5,0%</b>	<b>9,0%</b>	<b>-</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<b>Consolidado</b>			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>380.017</b>	<b>467.259</b>	<b>892.779</b>	<b>944.175</b>
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada</b>	<b>(129.206)</b>	<b>(158.868)</b>	<b>(303.545)</b>	<b>(321.019)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprios	-	13.010	26.981	40.389
Perda por baixa do imobilizado	(25.230)	-	(25.230)	-
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS)	-	-	-	7.144
Constituição de tributos diferido sobre saldo negativo	-	-	-	53.000
Efeito adoção lucro presumido controladas (i)	(1.244)	-	5.506	-
Outros	6.228	(3.156)	(2.659)	2.071
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva</b>	<b>(149.452)</b>	<b>(149.014)</b>	<b>(298.947)</b>	<b>(218.415)</b>
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(90.640)	(77.581)	(230.313)	(204.827)
Diferido	(58.812)	(71.433)	(68.634)	(13.588)
	<b>(149.452)</b>	<b>(149.014)</b>	<b>(298.947)</b>	<b>(218.415)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>39,3%</b>	<b>28,6%</b>	<b>33,5%</b>	<b>23,1%</b>

(i) Controlada IEMG - Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A e Serra do Japi - Interligação Elétrica S.A.

A alíquota utilizada nas apurações de 2012 e 2011 é a alíquota de 34% (I.R. 25% e C.S. 9%), devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

### (b) Tributos diferidos

A Companhia registrou em 2011 tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$53.000 com base nas suas projeções de lucratividade futuras, que anteriormente não eram esperadas. A Administração estima recuperar o saldo em 30/09/2012 no montante de R\$39.372 até o ano de 2015, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal utilizado anualmente	2012				Total
	4º Trimestre	2013	2014	2015	
	5.225	8.513	8.399	6.822	28.959
	1.867	3.064	3.023	2.459	10.413
	<b>7.092</b>	<b>11.577</b>	<b>11.422</b>	<b>9.281</b>	<b>39.372</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Adicionalmente a Companhia possui em 30 de setembro de 2012, saldo de R\$191.775 (31 de dezembro 2011 R\$184.358) de créditos de impostos sobre prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, não reconhecidos contabilmente, visto que a recuperação desses créditos não tornaram-se ainda provável em futuro previsível.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Provisão para contingências	-	-	31.703	34.623
Contrato de concessão (ICPC 01)	-	-	(156.265)	(134.800)
IR diferido sobre prejuízo fiscal (ii)	28.978	33.131	30.091	33.849
CS diferido sobre base negativa (ii)	10.394	11.927	10.394	11.927
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	(1.113)	(718)
Provisão para perdas (i)	-	-	-	35.924
Outras provisões	-	-	29.617	24.831
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(16.861)	(9.167)
Outras diferenças temporárias	-	-	6.678	6.413
<b>Líquido</b>	<b>39.372</b>	<b>45.058</b>	<b>(65.756)</b>	<b>2.882</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>39.372</b>	<b>45.058</b>	<b>39.372</b>	<b>45.058</b>
<b>Passivo não circulante (*)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.128</b>	<b>42.176</b>

(\*) Em 30 de setembro de 2012, o saldo do passivo consolidado refere-se ao saldo das controladas da CTEEP e suas controladas.

(i) Refere-se basicamente a provisão registrada em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$82.121, resultante do procedimento efetuado para atender o advento da Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece o "Novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico" a Controlada CTEEP efetuou inventário físico cadastral de todos os seus ativos físicos, este trabalho resultou na identificação de sobras contábeis e físicas, que ainda estão em processo de reconciliação. A Administração da Controlada CTEEP decidiu provisionar os valores de sobra contábil identificada, até o momento, e ao término do trabalho de conciliação o saldo remanescente será reconhecido como perda efetiva. Para fins de IFRS este valor foi ajustado pela revisão do valor justo dos ativos financeiros, registrados no contas a receber (ativo de concessão).

(ii) As controladas IENNE e IESul possuem prejuízos fiscais acumulados. Tendo em vista que essas controladas não apresentam histórico de lucro tributável, uma vez que a operação comercial é recente, a administração decidiu por provisionar a totalidade do imposto de renda e contribuição social diferido.

A Administração da Controlada CTEEP considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perda, no prazo médio estimado de 5 anos.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 31 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.09.2012		31.12.2011		30.09.2012	30.09.2011
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
<b>a) da Controladora - ISA CAPITAL</b>							
Benefícios de curto prazo (*)	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(1.069)	(1.038)
Empréstimos (nota 11)	Interconexion Electrica	48.790	-	44.653	-	4.983	5.480
	Internexa Brasil	9.364	-	9.364	-	(657)	-
Sublocação	Controlada CTEEP	-	(22)	-	(43)	(216)	(202)
Prestação de serviços	Controlada CTEEP	-	(10)	-	-	(90)	(65)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	Controlada CTEEP	-	-	84.828	-	-	-
<b>b) da Controlada CTEEP</b>							
Benefícios de curto prazo (*)	Pessoal chave Administração	-	-	-	-	(4.178)	(3.866)
Sublocação	IEMG	5	-	7	-	58	19
	IENNE	8	-	8	-	77	68
	Pinheiros	9	-	-	-	70	50
	IESUL	6	-	5	-	46	67
	Serra do Japi	15	-	15	-	159	40
Prestação de serviços	Pinheiros	46	-	30	-	416	75
	IEMadeira	135	-	3.226	-	1.457	-
	Serra do Japi	21	-	-	-	157	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	IEMG	529	-	529	-	-	
Mútuo Financeiro	Pinheiros	-	-	-	-	-	543
	Serra do Japi	-	-	-	-	-	456

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

\*Referente aos honorários da administração.

### **Benefício de curto prazo**

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

### **Sublocação**

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas da CTEEP no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

### **Prestação de serviços**

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a controlada CTEEP abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

### **Mútuo**

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com controlada da CTEEP Pinheiros no valor total de até R\$100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação corresponderam a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2012, não há saldos em aberto referente a este contrato.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da sua controlada Pinheiros.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a controlada CTEEP presta serviços de Consultoria Técnica de Suporte à Gestão dos Serviços de Engenharia do Proprietário, a serem executados pela IEMadeira e/ou por empresas por ela contratadas.

Em 2012, entrou em vigência o contrato em que a controlada CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da sua controlada Serra do Japi

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 32 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
<b>Ativos financeiros</b>				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	455.454	351.567	935.309	558.862
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	34.946	1.673
Não circulante	-	-	32.203	54.195
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	-	-	1.432.417	1.474.794
Não circulante	-	-	6.018.704	5.335.027
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	-	-	-	14.906
Não circulante	-	-	934.792	810.750
Empréstimos a Receber				
Circulante	9.364	9.363	9.364	9.363
Não circulante	48.790	44.653	48.790	44.653
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	84.828	-	-
Cauções e depósitos vinculados				
Circulante	-	2.612	-	2.612
Não circulante	-	-	67.839	61.886
<b>Passivos financeiros</b>				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	943	2.177	1.514.901	1.009.850
Não circulante	64.269	59.371	872.312	1.043.635
Debêntures				
Circulante	-	-	177.268	389.825
Não circulante	-	-	1.106.214	389.636
Fornecedores	88	325	67.373	83.338
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	-	6.969	147.328
Valor Justo através do Resultado				
Instrumentos financeiros derivativos				
Circulante	-	-	7.108	27.226
Não circulante	-	-	-	-
Valores a pagar Lei 4.819/58 – Secretaria da Fazenda				
Circulante	11.379	10.050	11.379	10.050
Não circulante	377.736	378.617	377.736	378.617

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A controlada CTEEP celebrou em 26 de abril e 17 de outubro de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos *Swap*, como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura do risco de taxa de câmbio da Contratação do Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei nº 4131 de 03/09/1962.

A controlada da CTEEP IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contração de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

A controlada CTEEP e sua controlada IEMadeira classificam os derivativos contratados como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39. A Controlada CTEEP adotou o “*Hedge Accounting*” para suas operações contratadas.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

		Valor de referência		Consolidado
	Vencimento	(Notional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)
<b>Posição Ativa</b>				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	128.266	128.266	-
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	171.114	171.114	-
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	23.471	26.263	2.792
<b>Posição Passiva</b>				
Swap (IBBA) - Principal	Abril de 2013	(128.266)	(96.112)	32.154
Swap (JPM) - Principal	Outubro de 2013	(171.114)	(138.911)	32.203
NDF (Instituições Financeiras)	Outubro de 2012 a setembro de 2013	(23.471)	(23.471)	-
				<b>67.149</b>
<b>Ativo circulante</b>				<b>34.946</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>32.203</b>
<b>Posição Ativa</b>				
Swap (IBBA) - Juros	Abril de 2013	3.919	3.919	-
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2013	5.637	5.637	-
<b>Posição Passiva</b>				
Swap (IBBA) - Juros	Abril de 2013	(3.919)	(3.439)	480
Swap (JPM) - Juros	Outubro de 2013	(5.637)	(13.225)	(7.588)
<b>Passivo circulante</b>				<b>(7.108)</b>

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

#### • Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	943	2.177	1.514.901	1.009.850
Não Circulante	64.269	59.371	872.312	1.043.635
Debêntures				
Circulante	-	-	177.268	389.825
Não Circulante	-	-	1.106.214	389.636
<b>Dívida total (i)</b>	<b>65.212</b>	<b>61.548</b>	<b>3.670.695</b>	<b>2.832.946</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(455.454)	(351.567)	(935.309)	(558.862)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(390.242)</b>	<b>(290.019)</b>	<b>2.735.386</b>	<b>2.274.084</b>
<b>Patrimônio líquido (ii)</b>	<b>2.258.927</b>	<b>2.127.800</b>	<b>5.203.074</b>	<b>4.859.068</b>
Índice de endividamento líquido	-17,3%	-13,6%	52,6%	46,8%

A controlada CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento. As companhias estão adimplentes com todas as cláusulas e exigências dos contratos, conforme mencionados nas notas explicativas 16 e 17.

### (c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

(i) **Risco de crédito** – A controlada CTEEP e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

(ii) **Risco de preço** – As receitas da controlada CTEEP e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (nota 26.2).

(iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 16 e 17).

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Controlada CTEEP eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento Derivativo *Swap*, designado como *hedge* de valor justo do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (nota 16(d)). A sua controlada da CTEEP IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como *hedge* de valor justo. A Controlada CTEEP e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira. A Controladora ISA Capital possui empréstimos a receber e a pagar em moeda estrangeira, para tais exposições a Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros para cobrir possíveis riscos cambiais. A exposição aos efeitos de oscilações cambiais não é considerada material pela controladora.
- (v) **Risco de captação** – A Controlada CTEEP e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Controlada CTEEP e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Controlada CTEEP gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### (d) **Análise de sensibilidade**

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Controlada CTEEP realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Na Controlada CTEEP o risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos de passivo dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Foram realizadas captações no mercado internacional através das emissões de CCB Internacional, em abril de 2011 no montante de US\$63,7 milhões, e *Commercial Paper* em outubro de 2011 no montante de US\$85,7 milhões (nota 16 (d)). Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o fluxo de caixa, a Controlada CTEEP possui instrumentos financeiros derivativos *Swap - hedge* cambial, representando 100% do principal desses endividamentos.

Na controlada da CTEEP IEMadeira o risco decorre da possibilidade da perda devido elevação das taxas de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - *hedge* cambial, representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Controlada CTEEP. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Controlada CTEEP, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 de dezembro de 2012, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

### Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

		R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Com apreciação da taxa		Com depreciação da taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos e Passivos Financeiros</b>						
CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	130.297	162.871	195.446	97.723	65.148
Commercial Paper (JP Morgan)	USD	174.226	217.783	261.340	130.670	87.113
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	GBP	23.028	28.785	34.542	17.271	11.514
NDF (Instituições Financeiras) ponta passiva	USD	2.635	3.293	3.952	1.976	1.317
Swap Ponta Ativa – CCB Internacional (Banco Itaú)	USD	(130.297)	(162.871)	(195.446)	(97.723)	(65.148)
Swap Ponta Ativa – Commercial Paper (Banco JP Morgan)	USD	(174.226)	(217.783)	(261.340)	(130.670)	(87.113)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	GBP	(23.028)	(28.785)	(34.542)	(17.271)	(11.514)
NDF (Instituições Financeiras) ponta ativa	USD	(2.635)	(3.293)	(3.952)	(1.976)	(1.317)
Variação		-	-	-	-	-
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>		<b>Apreciação / (depreciação) da taxa</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>(25%)</b>	<b>(50%)</b>
Taxa do Dólar USD/R\$ (dezembro de 2012)		2,00	2,50	3,00	1,50	1,00
Taxa da Libra GBP/R\$ (dezembro de 2012)		3,14	3,92	4,71	2,35	1,57

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### Risco de Juros - Efeitos no Fluxo de Caixa - Consolidado

Operação	Risco	Cenário Provável	R\$ Mil			
			Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
<b>Ativos Financeiros</b>						
Aplicações financeiras	99,5% A 101% CDI	8.712	10.819	12.899	6.578	4.415
<b>Passivos financeiros</b>						
Notas Promissórias - 6º emissão	104,9% CDI	8.145	10.112	12.052	6.152	4.131
Notas Promissórias 2ª emissão IEMadeira	106,5% CDI	2.971	3.688	4.396	2.244	1.507
Notas Promissórias 3ª emissão IEMadeira	106,5% CDI	4.265	5.294	6.310	3.222	2.163
Debêntures 1º série	CDI+1,30%	10.801	13.020	15.211	8.552	6.274
Debêntures 2º série	IPCA+8,10%	2.266	2.491	2.714	2.039	1.810
Debêntures Série única	105,5% CDI aa TJLP+1,80% a	28.018	31.394	34.724	24.596	21.125
FINEM BNDES (i) e (ii)	2,30%	7.754	9.118	10.468	6.377	4.986
Banco do Brasil	CDI+1,4%aa	136	163	191	108	80
BNDES (Controladas)	TJLP + 1,55% a 2,80% aa	12.057	13.996	15.916	10.099	8.121
<b>Derivativos</b>						
Swap IBBA e JP Morgan (Posição MTM)	98,3% a 103,5% CDI	5.665	7.035	8.387	4.277	2.871
Efeito líquido da variação		<b>(73.366)</b>	<b>(85.492)</b>	<b>(97.470)</b>	<b>(61.088)</b>	<b>(48.653)</b>
<b>Referência para Ativos e Passivos Financeiros</b>						
100% CDI (dezembro de 2012)		7,50% a.a.	9,38% a.a.	11,25% a.a.	5,63% a.a.	3,75% a.a.

### 33 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela controlada CTEEP e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	<b>30.09.2012</b>	<b>31.12.2011</b>
Até um ano	6.165	6.210
Mais de um ano até cinco anos	3.389	8.002
	<b>9.554</b>	<b>14.212</b>

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a controlada CTEEP como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na nota 31 – transações com partes relacionadas.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 34 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<b>Consolidado</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância Segurada - R\$ mil</b>	<b>Prêmio - R\$ mil</b>
Patrimonial (a)	05/10/11 a 01/03/14	2.613.957	4.381
Responsabilidade Civil Geral (b)	15/01/11 a 01/09/13	36.000	757
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 15/10/12	355.932	48
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/12 a 01/05/13	51.236	2
Automóveis (e)	02/03/12 a 02/03/13	Valor de mercado	30
			<b>5.218</b>

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão. Consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

### 35 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da controlada CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS como saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$429 milhões da Eletropaulo e R\$49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A controlada CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela controlada CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da controlada CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

A controlada CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução. Nenhuma alteração substancial ocorreu no processo em trâmite, relativo a este caso.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a controlada CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

### **36 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58**

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado fosse detentor da maioria das ações e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da controlada CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da controlada CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à controlada CTEEP, em 11 de julho de 2005 deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela controlada CTEEP. Para o cumprimento das decisões judiciais, a controlada CTEEP requer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários.

A Secretaria da Fazenda do Estado vem repassando à controlada CTEEP, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho.

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a controlada CTEEP repassou à Fundação CESP no período de janeiro de 2005 a setembro de 2012, o valor de R\$2.172.646 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$1.426.150 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$746.496 (nota 8 (c)), foi requerida pela controlada CTEEP inicialmente em processo administrativo, tendo sido proposta em dezembro de 2010 a competente ação judicial de cobrança contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Nenhuma alteração substancial ocorreu nos processos em trâmite, relativos a este caso.

A controlada CTEEP continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A controlada CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da controlada CTEEP. Em decorrência destes fatos, a controlada CTEEP registra essa diferença como valores a receber da Fazenda do Estado (nota 8 (c)).

### **37 Eventos subsequentes**

#### **Controladora**

##### **(a) Pagamento de dividendos fixos da Controladora**

Em 10 de outubro de 2012, a ISA Capital pagou dividendos fixos cumulativos aos acionistas preferencialistas HSBC Finance (Brasil) S.A. Banco Múltiplo e ao Banco Votorantim S.A. Com base no critério de cálculo estabelecido no artigo 6º do estatuto social da Companhia, coube a cada ação preferencial a importância de R\$0,044036 perfazendo dessa forma o montante de R\$26.151 pagos à totalidade das ações preferenciais resgatáveis (nota 25(d)).

##### **(b) Empréstimos a Receber**

Em 03 de outubro de 2012, a ISA Capital realizou o 2º empréstimo à Internexa Brasil no valor de R\$11.146, cujo vencimento do principal será em 03 de outubro de 2013 e juros calculados com base na variação anual no CDI acrescido de 0,91% ao ano com vencimento trimestral.

## **ISA Capital do Brasil S.A. e controlada**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)  
30 de setembro de 2012 - Continuação  
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### **Consolidado**

#### **(c) Aumento de capital social**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de outubro de 2012 foram aprovados: a re-ratificação do aumento do capital social aprovado na reunião do Conselho de Administração em 23 de julho de 2012; o cancelamento de sobras de ações não subscritas, independentemente de realização de leilão de sobras de ações não subscritas; direito de revisão da subscrição, considerando a possibilidade de homologação parcial do aumento de capital. Dessa forma, a controlada CTEEP concedeu aos seus acionistas que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o direito de rever sua decisão em relação à subscrição das ações, total ou parcialmente, até o dia 19 de outubro de 2012.

Após o período de retratação, a controlada CTEEP apurou o resultado e informou ao mercado, em 23 de outubro de 2012, que a subscrição de pelo menos 490.175 ações ordinárias para viabilização da homologação parcial do Aumento de Capital, correspondente a um aumento de pelo menos R\$28.832, deixou de ser atingida e em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2012 foi aprovado o cancelamento do Aumento de Capital e devolução do dinheiro referente à integralização de ações realizada.

#### **(d) Empréstimos e financiamentos**

Em 24 de outubro de 2012, houve liberação de R\$290,0 milhões da 3ª emissão de notas promissórias da controlada da CTEEP IEMadeira (nota 16.c).

Em 24 de outubro de 2012, a controlada da CTEEP IEMadeira liquidou a 2ª emissão de notas promissórias (nota 16.c).

#### **(e) Medida Provisória 579/2012**

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012 foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579/12, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, tem a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do poder concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, a prorrogação dependeria da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; (ii) concordância com os valores determinados para remuneração dos ativos da concessão; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

As concessões que não forem prorrogadas serão licitadas, na modalidade de leilão ou concorrência, e o cálculo do valor de indenização correspondente às parcelas de investimentos vinculados aos bens reversíveis, não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição (VNR).

Em caso de prorrogação, o requerimento deveria ter sido apresentado até 15 de outubro de 2012, e até 01 de novembro de 2012 o poder concedente divulgaria às concessionárias os termos dos aditivos aos contratos de concessão, e as seguintes informações para os contratos de transmissão de energia elétrica:

- Receita Anual Permite (RAP – a ser aplicada a partir de 1o de janeiro de 2013); e,
- O valor da indenização.

Conforme mencionado na Nota 1.2, a Controlada CTEEP possui o contrato de concessão 059/2001, que subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas, segundo a citada MP até 31 de maio de 2000; e, NI (Novos Investimentos) referentes às instalações energizadas a partir daquela data. O vencimento desse contrato é 7 de julho de 2015. A Companhia e suas controladas não possuem outros contratos que se enquadram nos requerimentos da MP 579.

## ISA Capital do Brasil S.A. e controlada

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias (não auditadas)

30 de setembro de 2012 - Continuação

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 11 de outubro de 2012, a Controlada CTEEP protocolou junto a ANEEL, manifestação de interesse de eventual prorrogação da concessão, conforme estipulado no Capítulo I, Art. 2, § 2º do Decreto 7.805 de 14 de setembro de 2012.

Em 01 de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, publicou a:

(i) Portaria Interministerial No. 580, onde foram definidos os valores das indenizações referenciados a preços de outubro de 2012 para as concessões de transmissão de energia elétrica, sendo o valor de R\$2.891.290 especificamente para a Controlada CTEEP, conforme Anexo II da referida Portaria. Ficando facultado ao concessionário o recebimento da indenização, de acordo com as seguintes alternativas:

- À vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA;
- Em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação dessa Portaria, atualizadas pelo IPCA, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

(ii) Portaria Interministerial No. 579, onde ficou definido o valor das RAP iniciais, na base do mês de outubro de 2012, no montante de R\$515.621 especificamente para a Controlada CTEEP, conforme Anexo da referida Portaria.

Em 12 de novembro de 2012 o Conselho de Administração da CTEEP com base nos estudos e projeções desenvolvidos pela Companhia e por empresas especializadas, contratadas para essa finalidade, analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo da Concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e tributários sobre os valores da Indenização e da RAP, nos termos da MP 579, Decreto 7.805 e Portarias Interministeriais acima mencionados, e decidiu encaminhar o assunto para deliberação dos Acionistas da Companhia com a recomendação pela não prorrogação da Concessão da CTEEP. No mesmo dia a Controlada CTEEP divulgou ao mercado o seguinte Fato Relevante: *“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia” ou “CTEEP”), em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 e ao Parágrafo 4º, do Artigo 157, da Lei nº 6.404/76, e respectivas alterações, vem a público informar que, em reunião realizada na data de 12 de novembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia, após a devida análise dos estudos apresentados pela Diretoria da Companhia, deliberou sobre a oportunidade e conveniência da prorrogação do Contrato de Concessão nº 059/2001 firmado entre a CTEEP e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“Contrato de Concessão”), nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e segundo as condições das Portarias Interministeriais nº 579 e 580, ambas de 31 de outubro de 2012, e decidiu submeter a decisão sobre a prorrogação do Contrato de Concessão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que será devidamente convocada, no prazo legal, a se reunir no próximo dia 3 de dezembro de 2012, com a recomendação de que a referida prorrogação do Contrato de Concessão, nos termos e condições atualmente estabelecidos nas normas citadas acima, não seja realizada.*

*Quando da convocação da Assembleia Geral de Acionistas, será disponibilizada a Proposta da Administração contendo a recomendação acima bem como as justificativas que levaram a tal recomendação e demais documentos de suporte relevantes.”*